

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 13-12-2023.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal e Ramiro Rosário. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 665/23 (Processo nº 1144/23), de autoria de Claudio Janta, Mônica Leal, Cláudia Araújo, Fernanda Barth e Airto Ferronato; o Projeto de Lei do Legislativo nº 417/21 (Processo nº 0989/21), de autoria de Edson CT; o Projeto de Lei do Legislativo nº 555/21 (Processo nº 1244/21), de autoria de Pedrinho da Tinga; o Projeto de Lei do Legislativo nº 674/23 (Processo nº 1162/23), de autoria de Roberto Robaina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 693/23 (Processo nº 1213/23), de autoria de Jessé Sangalli; o Projeto de Lei do Legislativo nº 738/23 (Processo nº 1293/23), de autoria de João Bosco Vaz; o Projeto de Lei do Legislativo nº 745/23 (Processo nº 1304/23) e os Projetos de Resolução nºs 102 e 103/23 (Processos nºs 1290 e 1298/23), de autoria da Mesa Diretora. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 4056 e 4094/23, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 044/23 (Processo nº 1295/23) e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 031/23 (Processo nº 1300/23), respectivamente, de autoria do Executivo Municipal. Foi apregoada Justificativa de Falta de Moisés Maluco do Bem referente a atendimento à comunidade do Morro da Embratel, no Bairro Glória, na capital, em virtude da interrupção no abastecimento de água no local, no dia doze de dezembro do corrente ano (SEI nº 036.00177/2023-85). Foi apregoado o Ofício nº 4048/23, do Vice-Prefeito, por meio do qual informa sua ausência do Município do dia nove ao dia onze de dezembro do corrente, para participar, a convite da Presidência da República da Argentina e na qualidade de Vice-Prefeito de Porto Alegre, da cerimônia de posse do Senhor Presidente da República Argentina, Javier Milei (SEI nº 118.00667/2023-81). Foi aprovado Requerimento de autoria de Prof. Alex Fraga, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia treze ao dia quinze de dezembro do corrente ano. O Presidente declarou empossada a suplente Fran Rodrigues, informando-lhe que integraria

a Comissão de Defesa do Consumidor e Direitos Humanos – CEDECONDH. Foi aprovado Requerimento de autoria de Giovani Culau e Coletivo, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia treze ao dia quinze de dezembro do corrente. Foi apreçada declaração firmada por Giovani Culau e Coletivo, Líder da Bancada do PCdoB, informando o impedimento da suplente Coletivo Cuca Congo e do suplente Erick Dênil em exercer a vereança, em substituição, no período citado. O Presidente declarou empossada a suplente Vitória Cabreira, informando-lhe que integraria a Comissão de Educação, Cultura e Esportes – CECE. Em COMPARECIMENTO, esteve Arthur Teixeira Raldi, Delegado Titular da Quarta Delegacia de Polícia de Porto Alegre, manifestando-se sobre a atuação da Quarta DPPA no ano corrente ano. Compuseram a Mesa Hamilton Sossmeier, presidindo; Heraldo Guerreiro, Subchefe de Polícia Civil; Adriana Costa, Diretora do Departamento de Polícia Metropolitana; Cléber Lima, Diretor da Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre; e Arthur Teixeira Raldi. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Cláudio Conceição, que se pronunciou acerca do presente comparecimento. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e dois minutos às quatorze horas e quarenta e seis minutos. Logo a seguir, Hamilton Sossmeier, presidindo, informou que seria realizada solenidade para entrega do Troféu 250 Anos da Câmara Municipal de Porto Alegre a ex-vereadores indicados pelas seguintes Bancadas com representação neste Legislativo: Bancada do NOVO homenageou Felipe Camozzato - Mari Pimentel e Tiago Albrecht entregaram o troféu; Bancada do PSD homenageou Sebastião Melo; Bancada do PT homenageou Flávio Koutzii - Adeli Sell, Aldacir Oliboni e Jonas Reis entregaram o troféu; Bancada do PP homenageou Kevin Krieger - Cassiá Carpes e Mônica Leal receberam o troféu em seu nome; Bancada do PDT homenageou Alceu Collares, sendo que o homenageado receberá o troféu em casa, por motivo de convalescença; Bancada do REP homenageou Valter Nagelstein - Alvoni Medina e José Freitas entregaram o troféu; Bancada do PL homenageou João Carlos Nedel - Mauro Pinheiro entregou o troféu; Bancada do PSDB homenageou Antonio Hohlfeldt - Gilson Padeiro e Moisés Maluco do Bem entregaram o troféu; Bancada do PCdoB homenageou Bruna Rodrigues - Vitória Cabreira e Biga Pereira receberam o troféu em nome da homenageada; Bancada do PSB homenageou Ignácio Valentim Neis - Aírto Ferronato entregou o troféu; Bancada do SD homenageou Luiz Braz - Cláudio Janta recebeu o troféu em nome do homenageado; Bancada do MDB homenageou Nelcir Tessaro - Idenir Cecchim entregou o troféu; Bancada do UB homenageou Jocelin Azambuja - Cláudio Conceição entregou o troféu a Lucas Tafa, representante do homenageado; Bancada do Cidadania homenageou Aninha do IAPI - Jessé Sangalli entregou o troféu. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quatro minutos às quinze horas e sete minutos. Hamilton Sossmeier, presidindo, procedeu à solenidade para entrega do Troféu 250 Anos da Câmara Municipal de Porto Alegre a vereadores e diretores desta Casa, sendo a entrega dos troféus realizada da seguinte forma: Adeli Sell - entregue por Hamilton Sossmeier; Aírto Ferronato - entregue por Moisés Maluco do Bem; Aldacir Oliboni - entregue por Cláudia Araújo; Alvoni Medina - entregue por Lourdes Sprenger; Biga Pereira - entregue por Aldacir Oliboni; Cláudia

Araújo - entregue por Airto Ferronato; Cláudio Conceição - entregue por Moisés Maluco do Bem; Claudio Janta - entregue por Cláudia Araújo; Conselheiro Marcelo - entregue por Moisés Maluco do Bem; Engº Comassetto - entregue por Alvoni Medina; Cassiá Carpes - entregue por Hamilton Sossmeier; Comandante Nádia - entregue por Lourdes Sprenger; Fernanda Barth - entregue por Alvoni Medina; Gilson Padeiro - entregue por Moisés Maluco do Bem; Giovane Byl - entregue por Hamilton Sossmeier; Hamilton Sossmeier - entregue por Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Airto Ferronato, Moisés Maluco do Bem, Alvoni Medina e Cláudia Araújo; Idenir Cecchim - entregue por Hamilton Sossmeier; Jessé Sangalli - entregue por Alvoni Medina; João Bosco Vaz - entregue por Lourdes Sprenger; Jonas Reis - entregue por Aldacir Oliboni; José Freitas - entregue por Hamilton Sossmeier e Alvoni Medina; Lourdes Sprenger - entregue por Hamilton Sossmeier; Márcio Bins Ely - entregue por Airto Ferronato; Mari Pimentel - entregue por Hamilton Sossmeier e Lourdes Sprenger; Mauro Pinheiro - entregue por Cláudia Araújo; Mônica Leal - entregue por Hamilton Sossmeier, Airto Ferronato e Lourdes Sprenger; Pablo Melo - entregue por Lourdes Sprenger; Moisés Maluco do Bem - entregue por Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger, Hamilton Sossmeier, Cláudia Araújo e Alvoni Medina; Pedro Ruas - entregue por Hamilton Sossmeier; Aline Frey Colussi, Diretora-Geral - entregue por Hamilton Sossmeier. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e vinte e nove minutos às quinze horas e trinta e dois minutos. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Cláudia Araújo e Vitória Cabreira. Hamilton Sossmeier, presidindo, informou que seriam realizadas entregas de placas alusivas aos 250 Anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, as quais foram distribuídas da seguinte forma: Lourdes Sprenger entregou a Adeli Sell, e Aldacir Oliboni entregou a Claudio Conceição. Após, Hamilton Sossmeier, presidindo, concedeu a palavra a Adeli Sell e a Cláudio Conceição, que se manifestaram sobre a homenagem recebida. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Ainda, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Fran Rodrigues. Às dezesseis horas e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Airto Ferronato e Cassiá Carpes, ao Projeto de Lei do Complementar do Executivo nº 027/23 (Processo nº 1199/23) e foi aprovado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Cassiá Carpes, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 027/23. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Roberto Robaina, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 613/23 (Processo nº 1042/23) e foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando a dispensa de seu envio às Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01, acima referida. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Complementar do Executivo nº 023/23 (Proc. nº 1175/23), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às

Comissões Permanentes. Foi apregoado Requerimento firmado por Karen Santos, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia doze de dezembro do corrente ano. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 172/23 (Processo nº 0929/23). Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Comandante Nádia e Fernanda Barth, solicitando alterações da ordem de apreciação de matérias constantes na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 403/23 (Processo nº 0721/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 617/23 (Processo nº 1051/23), após ser encaminhado à votação por Pablo Melo. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na priorização da Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 033/23 (Processo 1075/23), após ser discutido por Idenir Cecchim e encaminhado à votação por Jonas Reis, Claudio Janta, Mari Pimentel, Cassiá Carpes, Adeli Sell, Biga Pereira e Pablo Melo, por vinte e um votos SIM, dez votos NÃO e três ABSTENÇÕES, em votação nominal solicitada por Fran Rodrigues, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo e Psicóloga Tanise Sabino, votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Vitória Cabreira e optado pela Abstenção Mari Pimentel, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi apregoada a Emenda nº 01, de autoria de Mari Pimentel, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 369/23 (Processo nº 0648/23), bem como aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Idenir Cecchim, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 369/23, após ser discutido por Vitória Cabreira e Jonas Reis e encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Cláudio Conceição, Adeli Sell e Comandante Nádia. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 369/23. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 369/23. Foi apregoado o Ofício nº 4113/23, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 045/23 (Processo nº 1307/23), de autoria do Executivo Municipal. Pedro Ruas registrou sua intenção em ter votado favoravelmente ao Projeto de Lei do Legislativo nº 369/23. Em Discussão Geral e Votação foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 366/23 (Processo nº 0643/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 024/23 (Processo 1188/23), após ser discutido por Ramiro Rosário, Fernanda Barth, Adeli Sell, Idenir Cecchim, Pedro Ruas, Vitória Cabreira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Jonas Reis e Comandante Nádia, e encaminhado à votação por Pablo Melo, Vitória Cabreira e Jonas Reis, por vinte e seis votos SIM e dez votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni e Jonas Reis, tendo votado Sim Airto Ferronato, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio

Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Karen Santos, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Vitória Cabreira. Na oportunidade, foi constatada existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Idenir Cecchim. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Tiago Albrecht e Cláudia Araújo, solicitando a alteração da ordem de apreciação de matérias constantes na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 177/23 (Processo nº 0957/23), por dezenove votos SIM e um voto NÃO, em votação nominal solicitada por Fran Rodrigues, tendo votado Sim Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Pedro Ruas. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 555/23 (Processo nº 0935/23), por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 556/23 (Processo nº 0936/23), por trinta e três votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Na oportunidade, durante a coleta nominal de votos da proposição acima, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Moisés Maluco do Bem, solicitando inclusão de matéria na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 557/23 (Processo nº 0937/23), por trinta e cinco votos SIM, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger,

Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Na oportunidade, durante a coleta nominal de votos da proposição acima, em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 232/23 (Processo nº 1270/23). Às dezoito horas e cinquenta e dois minutos, esgotado o prazo regimental da sessão, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Lourdes Sprenger e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

SR. DIEGO MACHADO FRANCISCO (Diretoria Legislativa): Apregoo a justificativa de falta do Ver. Moisés Maluco do Bem, que comunica sua visita ao Morro da Embratel, Bairro Glória, Porto Alegre, RS, no dia 12 de dezembro de 2023, às 9 horas, em atendimento à comunidade, em virtude da interrupção no abastecimento de água no local.

Apregoo o Ofício nº 4.048/23, do Sr. Ricardo Gomes, vice-prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual informa a sua ausência no Município do dia 9 até as 8 horas do dia 11 de dezembro de 2023, para participar, a convite da Presidência da República da Argentina e na qualidade de vice-prefeito de Porto Alegre, da cerimônia de posse do Sr. Presidente da República da Argentina, Javier Milei.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia 13 ao dia 15 de dezembro de 2023. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Declaro empossada a suplente Fran Rodrigues e informo que S. Exa. integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

Em votação o requerimento de autoria do Ver. Giovani Culau e Coletivo, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia 13 ao dia 15 de dezembro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. DIEGO MACHADO FRANCISCO (Diretoria Legislativa): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo, líder da bancada do PCdoB, informando o impedimento da suplente Coletivo Cuca Congo e do suplente Erick Dênil em exercer a vereança em substituição no período citado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Declaro empossada a suplente Vitória Cabreira e informo que S. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

Passo imediatamente ao nosso cerimonial.

SR. JOSE LUÍS ESPINDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje temos o comparecimento do Sr. Arthur Teixeira Raldi, delegado titular da 4ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre, que falará sobre a atuação da 4ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre no ano de 2023.

Convidamos para compor a Mesa: o delegado Heraldo Chaves Guerreiro, subchefe de polícia; a delegada Adriana Regina da Costa, diretora do Departamento de Polícia Metropolitana; o delegado Cleber dos Santos Lima, diretor da Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre.

O Sr. Arthur Teixeira Raldi está com a palavra.

SR. ARTHUR TEIXEIRA RALDI: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É com imensa satisfação que a 4ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre está aqui hoje para comemorar este momento histórico em que uma instituição quase bicentenária, uma Delegacia de Polícia distrital, que é a Polícia Civil gaúcha, pela primeira vez, nesse tempo todo, nesses quase 200 anos de existência, conseguiu realizar 300 prisões em apenas um ano. Além das 300 prisões em um ano, e como consequência delas e do trabalho desenvolvido por esses policiais, são centenas de procedimentos investigativos que são diariamente encaminhados ao Poder Judiciário e ao Ministério Público; são centenas de horas de interceptações telefônicas; são mais de 11 toneladas de cargas roubadas que foram recuperadas, mais de 1 tonelada de fios e cabos que também foram recuperados; são dezenas de quilos de drogas apreendidos. Estamos nos aproximando de uma centena de telefones celulares recuperados e devolvidos às vítimas. Mas mais do que eu ficar explanando acerca dos números desse feito histórico, a minha fala é de agradecimento aos policiais civis que estão aqui, nesta Casa, hoje, que não medem esforços para exercer o seu trabalho, porque a 4ª Delegacia de Polícia – 4ª DP, tem uma especialidade que, além do trabalho diário, ela exerce também o seu trabalho na Arena toda vez que tem um jogo ali. Então, os policiais, enquanto muitas pessoas já estão no descanso do seu lar, ainda trabalham horas antes, durante e depois dessas partidas. Foi um ano de muita doação, de muita dedicação, de muito comprometimento, em que os policiais abriram mão do convívio com as suas famílias para ficarem ombreando frente à 4ª DP e conseguir desenvolver o trabalho pelo qual hoje nós chegamos aqui com essa marca histórica. Nós temos muito a agradecer, temos muito a comemorar. Os policiais saem todos os dias de casa, acordando cedo, após tomar o café ou ajudar os seus filhos a se vestirem, vão à Delegacia de Polícia e, dentro da nossa circunscrição policial, arriscam suas vidas, dedicam-se ao seu trabalho, dedicam a sua atenção, passando muito tempo, em boa parte das vezes, com os seus colegas de trabalho no combate diuturno em desfavor da criminalidade. Trabalho esse que, sem sombra de dúvidas, acabou refletindo nessas

reduções dos índices de criminalidade tão comemorados, tão alardeados e merecidamente comemorados pela imprensa. Então, o trabalho daqueles policiais que estão ali, que não medem esforços, que arriscam suas vidas todos os dias, merece ser comemorados aqui neste momento por todos nós. Portanto, agradeço o reconhecimento do Ver. Cláudio Conceição, egresso dos bancos acadêmicos policiais. Ele sabe como é, sabe o que é o trabalho de uma Delegacia Especializada que, diferentemente da Delegacia distrital, não tem uma atribuição específica, ela trabalha como nós comumente chamamos de clínica geral, fazendo o trabalho no combate de todos os crimes. Essa é a maior dificuldade e destaque em relação a chegar a esse número elevado de prisões, porque não tenho dúvida alguma que jamais uma Delegacia de Polícia distrital de Porto Alegre, e muito provavelmente do Estado do Rio Grande do Sul, chegou a essa marca e me arrisco dizer que nem as Delegacias Especializadas, que são as que só trabalham com esse tipo de crime, não chegaram a 300 prisões neste ano. Então, mais uma vez, um agradecimento ao reconhecimento do Ver. Cláudio Conceição. O reconhecimento é muito importante, sem sombra de dúvida, especialmente se nós olharmos que esse reconhecimento está vindo de uma instituição, de pessoas que são de fora dos muros da segurança pública. Esse reconhecimento é muito importante, especialmente agora que estamos nos aproximando das sonhadas promoções. Todos aqueles policiais que ali se encontram, ainda permanecem, embora já estejam há muitos anos na polícia, e ainda acreditam naquelas promoções que mantêm o nome de promoção por merecimento. Muito obrigado pelo reconhecimento. Que Deus continue abençoando todos nós. (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Boa tarde, Presidente Hamilton; quero saudar também todos os colegas que estão nas galerias e que se fazem presentes. Bravos colegas da 4ª Delegacia de Polícia, há muito o que celebrar, sim, e nós não podemos perder a oportunidade de celebrar o bem-feito, que é feito sobretudo com a vida. Durante quase 30 anos, estive ali trabalhando. Tudo o que tenho, tudo o que conquistei partiu do meu trabalho como policial. Fiz faculdade, criei meus filhos, dei condições dignas para minha família, mas tudo isso à custa do trabalho que pude desempenhar como Inspetor de Polícia, e hoje chegando a Comissário de Polícia. Por que precisa ser ressaltado o trabalho da Polícia Civil? Porque esta camisa não faz nada sozinha. A camisa impõe respeito, a viatura impõe respeito, mas esta camisa não faz nada sozinha. A camisa só passa a ter valor por causa das pessoas que a empunham, que colocam a sua vida, que saem cedo pela manhã, muitas vezes de madrugada, sem saber se vão retornar. Quantos colegas nós tivemos a tristeza de perder no embate, no confronto à criminalidade? Por isso, nós precisamos, sempre que temos a oportunidade, ressaltar, valorizar os agentes, os delegados, a instituição Polícia Civil, porque nós estamos vivendo um tempo de muita oposição ao trabalho daqueles que fazem a segurança pública. Então, hoje, celebrar esta

marca em Porto Alegre, quando uma delegacia, a 4ª Delegacia especificamente, consegue chegar à marca de 300 apreensões de 300 delinquentes, de 300 investigações, que levam horas, dias a fio, com homens deixando de dormir, passando tempo longe da sua família, para que seja solucionado o crime que vai gerar a segurança para a população. Fazer isso é uma obrigação, é um comprometimento, principalmente meu, que vim da Polícia Civil. Hoje, quero ressaltar a importância desse bravo trabalho dos agentes da 4ª Delegacia de polícia, que colocam a sua vida, que chegam a esse contexto, extremamente extraordinário, excelente, que é muito importante.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Meus cumprimentos à pessoa do delegado Heraldo Chaves Guerreiro, subchefe da polícia; ao Presidente Sossmeier; e também à pessoa do policial Leonardo, que está ali nas galerias e é pai de colega dos meus filhos na escola. Homenageio todo o 4º Distrito, a 4ª Delegacia, e agradeço o trabalho de vocês por essa cidade. Saibam que o partido NOVO é amigo das polícias e estará sempre ao lado daqueles que protegem a sociedade e defendem a lei. Não há vida possível em sociedade sem as forças policiais. Cláudio Conceição, parabéns pela indicação de homenagem e recebam do partido NOVO o nosso carinho e o nosso apreço. Obrigado, Polícia Civil, 4ª Delegacia.

Vereadora Comandante Nádia (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigada, Ver. Conceição, já quero te parabenizar por essa justa e merecida homenagem. É muito importante nós relembrarmos nesta Casa quem defende o cidadão gaúcho. Cumprimento aqui o nosso Presidente. Vamos ser breves, pois sei que o senhor gostaria que a gente adiantasse, mas é impossível, queridos delegados, queridos escrivães, inspetores, a gente deixar de vir aqui falar e homenagear a nossa Polícia Civil, coirmã da Brigada Militar, que, por muitas vezes, tem sido alvo de crítica, mas crítica daqueles que não entendem a importância da Polícia Civil nesse contexto da criminalidade, no contexto da investigação, no contexto da proteção de mulheres e homens do Rio Grande do Sul, que merecem todo o trabalho que vocês fazem. Mais do que isso, Conceição, cabe a nós relembrarmos homens e mulheres da Polícia Civil, assim como fizemos da Brigada Militar, que saem pela manhã e não sabem se retornam a suas casas. Só isso. Só nesse sentido que a gente poderia aqui estar homenageando a Polícia Civil. Que tenham muitos e muitos anos, que as críticas sejam daqueles que defendem bandido; a esses a gente não dá bola. Mas, aqui, nesta Câmara de Vereadores, onde um vereador homenageia a Polícia Civil, e é a cidade que diz “sim” à Polícia Civil, que tenham aqui fiéis defensores de todos vocês. Minha continência a vocês, que eu tanto respeito. Obrigada.

Vereadora Mônica Leal (PP): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu, como filha de bom policial, que foi chefe de polícia e Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do

Sul, aprendi, Ver. Conceição, desde muito cedo na minha vida, falado pelo meu pai, que os policiais são o capital humano, que são a maior riqueza da nossa Polícia Civil. Então, estou aqui para dizer, há longa data, no meu quarto mandato, que sempre estive com a Polícia Civil e todas as reivindicações, todas as necessidades da Polícia Civil contam com o meu apoio. Parabéns, Cláudio Conceição, pela justa e merecida homenagem. Parabéns a vocês, que nos orgulham muito. A Polícia Civil do Rio Grande do Sul é a melhor do Brasil. Obrigada.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Parabéns, Conceição, por esta homenagem à Polícia Civil. Nós também temos essa aproximação com as delegacias que têm o selo “Delegacia de polícia amiga dos animais”. A gente tem muita proximidade. Parabéns a todos, aos inspetores e a todo o quadro da Polícia Civil, porque, quando se precisa, é a quem que se recorre? À Polícia Civil. Parabéns a todos.

Vereador Adeli Sell (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Conceição, meus caros convidados, Presidente, permita-me também citar o Antonio Hohlfeldt e Flávio Koutzii, que foram nossos vereadores e que vão ser hoje agraciados; duas figuras icônicas da cidade. Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, saúdo os nossos visitantes e desejo empenho, como está sendo feito até agora, como o delegado acabou de falar, para combater a criminalidade, que nós sabemos que é gravíssima, e todo apoio para que nós tenhamos paz e dignidade. Muito obrigado, continuem assim.

Vereador Aírto Ferronato (PSB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Meu estimado amigo Ver. Cláudio Conceição, senhoras e senhores vereadores, também quero ter a satisfação de homenagear e citar os nomes dos vereadores Antonio Hohlfeldt e Flávio Koutzii, com quem eu tive a satisfação de ter sido vereador, lá se vão algumas temporadas. Homenagear, Ver. Cláudio Conceição, a Polícia Civil é, sim, homenagear essa instituição, mas também é homenagear toda a segurança pública do Estado – e por que não o cidadão porto-alegrense? É uma homenagem do Ver. Cláudio também à cidade pela relevância do trabalho de vocês. Sou servidor público também, há mais de 50 anos, e sei da importância da atividade da segurança pública, da Polícia Civil aqui no nosso Estado. Parabéns. Parabéns também ao Ver. Cláudio. Obrigado.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Presidente Hamilton, para encaminhar para o final da minha menção, quando fui procurado pelo colega Thiago Raldi, não pensei duas vezes, falei que realmente iríamos fazer, porque se faz necessário. A Polícia Civil não é de direita, não é de esquerda, mas ela tem ideologia, e a ideologia da Polícia Civil é servir e proteger, e, por isso os policiais dão a sua vida. É importante

ressaltar a importância de um grande líder, delegado, porque, num momento de dificuldade, quando os salários atrasam, como já se passou há alguns anos atrás, a Polícia continuou produzindo e cumprindo a sua missão, exatamente pela liderança, pela motivação, não só pelo dinheiro, também pelo seu salário, mas sobretudo pelo juramento que cada um de nós fez ao empunhar esta camisa. A missão é o que norteia a nossa ação, e é, sobretudo, importante a vocação; não basta querer ser policial, precisa ter a vocação de ser policial. E essa vocação é herdada, muitas vezes, na mesa, de pai para filho, como é o caso de vocês: o chefe de polícia que me deu as boas-vindas na Polícia há 30 anos foi o seu pai. Hoje está o senhor, tem o Raldi, e assim é. Quantos hoje estão na polícia fruto de pai, de irmãos? E assim é! A Polícia Civil é nada mais nada menos do que uma grande família que cuida de outra grande família chamada Porto Alegre, no caso da 4ª Delegacia. Vida longa à Polícia Civil e que Deus abençoe cada um de nós. Um abraço. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado, Ver. Cláudio Conceição. Agradecemos ao delegado Heraldo Guerreiro, subchefe de polícia; à delegada Adriana da Costa, diretora do Departamento de Polícia Metropolitana; ao delegado Cleber Lima, diretor da Delegacia de Polícia Regional de Porto Alegre; ao delegado Arthur Teixeira Raldi, titular da 4ª Delegacia de Polícia de Porto Alegre.

Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h42min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h46min.) Estão reabertos os trabalhos.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Senhoras e senhores, boa tarde. Neste momento, damos início, mais uma vez, à cerimônia de entrega do troféu 250 anos da Câmara Municipal. Este evento tão especial é dedicado hoje aos ex-vereadores que foram indicados pelas bancadas. O troféu 250 anos da Câmara Municipal não apenas honra a contribuição desses vereadores para o desenvolvimento desta cidade, ao longo dos últimos anos, mas também reconhece a importância do trabalho do Legislativo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Passamos à entrega dos troféus aos indicados.

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Pela bancada do NOVO, convidamos a Ver.^a Mari Pimentel e o Ver. Tiago Albrecht, que farão, posteriormente, a entrega ao ex-vereador Felipe Camozzato.

Pela bancada do PSD, a bancada posteriormente fará a entrega ao ex-vereador e prefeito Sebastião Melo.

Pela bancada do PT, convidamos o Ver. Adeli Sell para fazer a entrega ao ex-vereador Flávio Koutzii. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do PP, convidamos o Ver. Cassiá Carpes para fazer a entrega à Ver.^a Mônica Leal, que está, neste ato, representando o ex-vereador Kevin Krieger. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do PDT, o ex-vereador e ex-governador Alceu de Deus Collares receberá posteriormente em casa, porque se encontra doente.

Pela bancada do Republicanos, convidamos o Ver. Alvoni Medina e o Ver. José Freitas para fazer a entrega ao ex-vereador Valter Nagelstein. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do PL, convidamos o Ver. Mauro Pinheiro para fazer a entrega ao ex-vereador João Carlos Nedel. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do PSDB, convidamos o Ver. Gilson Padeiro e o Ver. Moisés Maluco do Bem para fazerem a entrega ao ex-vereador Antonio Hohlfeldt. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do PCdoB, a bancada posteriormente fará a entrega à deputada e ex-vereadora Bruna Rodrigues.

Pela bancada do PSB, convidamos o Ver. Airto Ferronato para fazer a entrega ao ex-vereador Ignácio Valentim Neis. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do Solidariedade, o Ver. Claudio Janta posteriormente fará a entrega ao ex-vereador Luiz Braz.

Pela bancada do MDB, convidamos o Ver. Idenir Cecchim para fazer a entrega ao ex-vereador Nelcir Tessaro. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do União Brasil, convidamos o Ver. Cláudio Conceição para fazer a entrega ao Sr. Lucas Tafa, que está, neste ato, representando o ex-vereador Jocelin Azambuja. (Pausa.) (Palmas.)

Pela bancada do Cidadania, convido o Ver. Jessé Sangalli para fazer a entrega do troféu à Ver.^a Aninha do IAPI. (Pausa.) (Palmas.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do deputado Felipe Camozzato.

Convido os vereadores homenageados, que receberam o troféu dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, para fazermos todos o registro fotográfico. Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h04min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h07min) Estão reabertos os trabalhos. Obrigado. Parabéns, em nome da Mesa Diretora, dos vereadores da Câmara, a todos os nossos homenageados. Que Deus abençoe a todos. (Palmas.)

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Passamos agora à entrega dos troféus dos 250 anos aos Srs. Vereadores e diretores da Casa. Nós vamos chamar os vereadores para receberem os troféus, que serão entregues pela Mesa: Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Ver. Alvoni Medina.

(Pausa.) Ver. Cassiá Carpes. (Pausa.) Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Ver. Cláudio Conceição. (Pausa.) Ver. Claudio Janta. (Pausa.) Ver. Conselheiro Marcelo. (Pausa.) Ver. Eng^o Comassetto. (Pausa.) Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Ver. Giovane Byl. (Pausa.) Ver. Hamilton Sossmeier. (Pausa.) Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Ver. Jessé Sangalli. (Pausa.) Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Ver. José Freitas. (Pausa.) Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Ver.^a Mônica Leal. (Pausa.) Ver. Pablo Melo. (Pausa.) Ver. Moisés Maluco do Bem. Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Ver. Ramiro Rosário. (Pausa.) Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.)

Convidamos os diretores da Casa, que receberão, em conjunto, o troféu em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre: Aline Frey Colussi, Diretora-Geral; Luiz Afonso de Melo Peres, Diretor Legislativo; Gustavo Garcia Brock, Diretor Administrativo; e Orlando Adriano Moraes, Diretor de Comunicações.

A Mesa Diretora fará a entrega do troféu aos homenageados: Ver. Tiago Albrecht e Ver. Roberto Robaina.

(Procede-se à entrega dos troféus em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão suspensos os trabalhos para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h29min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h32min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadoras e vereadores, Sr. Presidente, público que nos assiste das galerias; nós, semana retrasada, entregamos aqui nesta Casa uma moção de solidariedade ao ex-vereador Mario Manfro. Solidariedade por tudo o que aconteceu aqui nesta Casa, tudo o que foi dito aqui nesta Casa a um vereador que sequer foi denunciado pelo Ministério Público por falta de provas; sequer foi feito qualquer inquérito contra ele. O ex-vereador Mario Manfro, como qualquer cidadão comum – e é um cidadão comum, como todos nós –, entrou com uma ação na justiça e ganhou, em primeira instância, uma indenização de R\$ 30 mil. A pessoa a quem o Mario Manfro pediu indenização recorreu, e agora saiu a decisão, em segunda instância, que tem que indenizar o ex-vereador Mario Manfro em R\$ 30 mil por calúnia, difamação, exposição. Isso não vai recompensar o que os seus netos, a sua filha, a sua família, a sua esposa passaram no dia em que a polícia invadiu a sua casa, o seu consultório e o seu

gabinete aqui nesta Casa. Isso não vai pagar. Cabe recurso? Claro que cabe. Hoje, o vereador que fez toda essa denúncia, toda essa ladainha contra o Mario Manfro pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal, pode recorrer, mas, em primeira e em segunda instâncias, já foi dito que ele tem que indenizar o ex-vereador Mario Manfro.

Nós protocolamos, no dia de hoje – peço escusas à bancada do PT –, e esperamos votar hoje ou na segunda-feira, uma moção idêntica à do Mario Manfro ao ex-vereador e hoje deputado Leonel Radde, porque também foram feitas várias acusações aqui neste púlpito dizendo que o vereador tinha batido na sua ex-companheira, tinha a agredido, e a decisão do Ministério Público, a decisão da justiça e a decisão da corregedoria da Polícia inocentou o ex-vereador e deputado Leonel Radde em todas as instâncias. Pelo contrário, o Ministério Público apresentou denúncia contra a moção por forjar agressão e por outras questões que lá estão no inquérito do Ministério Público.

Nós estamos em um terreno em que primeiro se acusa, primeiro se expõem as pessoas, e isso não é de agora, com o Mario Manfro e com o Leonel Radde. Isso já aconteceu com várias pessoas neste País, Ver. Idenir Cecchim; aconteceu com o Ibsen Pinheiro, aconteceu com o Alcenir Guerra. Isso a gente vê seguidamente: expor as pessoas publicamente, condenar as pessoas publicamente, e depois, quando saem as decisões de inquérito, a decisão da justiça, nada recompensa o desgaste dessa pessoa.

Eu acho que, novamente, esta Casa vem fazer justiça a um ex-membro com uma moção de solidariedade a alguém que foi, durante um período – eu acho que de 30 dias –, exposto, acusado, e que todas as decisões levam e levaram a infundadas denúncias contra ele. E a pessoa que o fez agora está tendo o seu processo encaminhado pelo Ministério Público.

Então, nós viemos falar hoje, em nome do nosso partido, que a gente tenha cuidado quando macula a imagem de alguém, quando mancha a imagem de alguém sem sequer esperar. E nós dizíamos aqui na tribuna que não podíamos ser julgadores de ninguém – a Ver.^a Mônica disse muito isso, eu falei muito isso aqui – enquanto a justiça, enquanto o Ministério Público, enquanto a Assembleia Legislativa e, principalmente, a Corregedoria da Polícia não se manifestassem. O Ver. Cláudio Conceição, que é um policial, sabe como atua a corregedoria. Todos esses órgãos se manifestaram dizendo que o ex-vereador, e hoje deputado, Leonel Radde era inocente. Então, era isso que nós queríamos falar em liderança pelo Solidariedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Presidente, Hamilton, colegas vereadoras e vereadores, venho trazer aqui, conforme questionamento feito hoje na reunião de líderes pelo Ver. Robaina, alguns números com relação ao Programa Municipal de Recuperação Emergencial e Auxílio Humanitário, que aprovamos nesta Casa. O total de vistorias feitas pela Defesa Civil em casas para apurar os beneficiários, de 4 de outubro a 13 de dezembro, foram 1.748 casas vistoriadas: na Ilha dos Marinheiros,

338 famílias; na Ilha da Pintada, 572; Ilha das Flores, 390; Ilha Mauá, 66; Ilha do Pavão, 80; Lami, 56; Vila dos Sargentos, 103; Vila dos Pescadores, 45; Guarujá, 17; Anchieta, 3; Partenon, 8; Vila Beira Rio, Zona Norte, 22; Doutor Barcelos, 22; Vila Dique II, 19; e 7 vistorias nas reciclagens e outras duas áreas.

Cronologia: 12 de dezembro, novo balanço aponta 812 cartões entregues e 170 estadias solidárias depositadas; 8 de dezembro, novo balanço é divulgado no *site* da Prefeitura, com 724 cartões entregues e 160 famílias contempladas pela estadia solidária; 28 de novembro, entrega de cartões e a retomada, o número de profissionais que fazem vistorias sobe de 8 para 16, a estimativa é de que todo trabalho se encerre até o final do ano, com o pagamento do benefício, quando a necessidade for constatada; 20 de novembro, entregas feitas suspensas em razão da nova enchente, que tirou milhares de pessoas de suas casas e impediu o benefício em meio ao atual cenário – nós estamos fazendo em ordem decrescente; 17 de outubro à tarde, cartões com crédito para compra de eletrodomésticos e móveis começam a ser entregues na Ilha da Pintada; 13 de outubro, benefício estadia solidária começa a ser depositado em contas de beneficiários; 4 de outubro, equipes da Prefeitura começam as vistorias nas áreas críticas atingidas por enchentes; 29 de setembro, projeto de lei é sancionado pelo prefeito Sebastião Melo; 28 de setembro, Câmara aprova o projeto que cria o programa. Os cinco benefícios previstos no programa. Auxílio para eletrodomésticos e móveis: o público são as famílias que perderam itens básicos dentro de casa, valor de R\$ 3 mil; pagamento: parcela única via cartão de débito fornecido pelo Banrisul; principais regras: o pagamento é por cada núcleo familiar e não por pessoa, e a localização da moradia da família precisa ser reconhecida pela Defesa Civil e por laudo social como área prejudicada pela enchente. Auxílio para comércio e negócios, público: comerciantes ou microempresários que tiveram equipamentos ou condições de trabalho inviabilizados em razão das enchentes, o valor é de R\$ 3 mil; o pagamento é por parcela única via cartão de débito fornecido pelo Banrisul; as principais regras são que a localização do negócio precisa ser reconhecida pela Defesa Civil e por laudo social como área prejudicada pela enchente; os créditos só podem ser usados para aquisição de bens relacionados à atividade econômica. Estadia solidária, público: famílias que tiveram que sair de casa em razão das enchentes e precisam ficar em abrigos ou casas de amigos ou familiares até a retornarem a um lar; o valor da parcela mensal é de R\$ 700, e pode ser prorrogada por mais três meses; o pagamento é via depósito em conta bancária. Principais regras: o pagamento é por núcleo familiar, não por pessoa; a localização da moradia da família precisa ser reconhecida pela Defesa Civil e por laudo social como área prejudicada pela enchente, caso a situação que deu causa ao benefício permaneça após o período de concessão, o beneficiário será automaticamente inserido no aluguel social. Construção de casas, público: famílias que perderam toda a casa e ficaram desabrigadas; sobre o funcionamento, a Prefeitura poderá incluir casas modulares ou desenvolvidas com tecnologia de rápida execução em terrenos do Município ou do beneficiário; as principais regras são que o benefício é por núcleo familiar e não por pessoa e fica proibida a construção em área de risco. Unidades de triagem, público: grupos que utilizavam unidades de triagem para trabalho; quanto ao

funcionamento, a Prefeitura poderá conceder incentivo financeiro para reestruturação de unidade de triagem de resíduos sólidos urbanos e sistema de limpeza do Município de Porto Alegre de até R\$ 60 mil por unidade de triagem; a principal regra é que fica proibida a construção em área de risco, nesse caso o valor só será pago mediante diagnóstico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e do DMLU, cujos requisitos serão regulamentados por decreto. Poderão receber esses benefícios apenas famílias, pessoas atingidas por enchentes a partir de 12 de setembro. Com relação aos nomes das pessoas, é impossível saber o nome de cada família, mas o número de famílias nós sabemos. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Boa tarde, vereadoras e vereadores presentes na sessão de hoje. Eu quero começar minha fala pedindo aos vereadores, Presidente, que estão aqui na sessão que possam prestar atenção no que eu vou dizer, porque nós temos enfrentado um grande problema no Tri Escolar dos estudantes da cidade, quando a gente trata sobre a burocracia. Eu acho que é importante esta Casa saber o que está ocorrendo, mas, mais do que isso, auxiliar os estudantes para que a gente enfrente esse problema que tem tirado a juventude da escola. Eu quero, antes de entrar no tema, cumprimentar a Ver.^a Biga, que é minha camarada e, hoje, estou dividindo a bancada com ela, e também o meu camarada Giovani, que é presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Tri Escolar e, hoje, eu ocupo a cadeira dele aqui. Eu quero falar sobre a questão do Tri, porque nós temos enfrentado diversas dificuldades. Em 2021, Ver. Cecchim, foi aprovado um projeto de lei aqui na Casa que estabelecia critérios para que os estudantes, para que a juventude pudesse ter acesso ao Tri Escolar. O problema é que hoje a dificuldade que nós temos enfrentado tem sido muito maior do que o esperado. Eu quero chamar, inclusive, o Ver. Giovane Byl para que possa ouvir a fala, porque sei que é um defensor da juventude de Porto Alegre e acho que o posicionamento sobre o que tem ocorrido é importante. Hoje, nós temos enfrentado, Ver.^a Mônica, uma burocracia aqui em Porto Alegre que os estudantes ficam 25 dias úteis esperando, Ver. Bosco, a análise da EPTC para ter o Tri Escolar. Quando o estudante envia a sua documentação na entidade estudantil para fazer o Tri Escolar e, por algum motivo, tem o seu cartão indeferido, por alguma documentação que faltou, quando o documento é reenviado, a EPTC tem demorado 25 dias úteis para analisar essa documentação. E eu chamo a atenção dos vereadores, porque nós estamos falando de praticamente dois meses da juventude deixar de ir à escola, porque se o Tri deles está em avaliação por 25 dias úteis, quer dizer que o estudante não consegue pagar a passagem para chegar até a sua escola. No ano passado, 80 mil estudantes, Ver. Pablo Melo, deixaram de ter o Tri Escolar, e nós não podemos naturalizar e normalizar esse número, porque nós estamos falando de a juventude deixar de ir à aula. Além disso, as entidades estudantis, Ver. Adeli, têm se proposto a pensar, junto do governo, possibilidades para

que a gente resolva esse problema, nós precisamos desburocratizar o processo do Tri Escolar, e as entidades têm apresentado as alternativas para que isso a ocorra. A primeira é que os estudantes do ensino público não precisam comprovar renda, já que estar na escola pública comprova que ele hoje não tem dinheiro para se manter numa escola privada, portanto precisa de auxílio para chegar à escola; que os estudantes beneficiários do ProUni, também beneficiários do PRAE, que são da UFRGS, possam não precisar comprovar renda, já que eles já fazem esse processo de conseguir declarar ali que não têm renda suficiente para se manter na universidade. Portanto, eles já comprovaram, não existe necessidade de passar pela burocracia duas vezes; e que a gente consiga garantir que estudantes integrantes de famílias do programa Bolsa Família não comprovem renda, porque se eles hoje estão incluídos no Bolsa Família é porque já comprovaram. Então eu subo aqui nesta tribuna para fazer um apelo aos vereadores, Ver. Pablo Melo. Nós estamos dispostos a construir com o governo uma alternativa para que os estudantes voltem a ter o seu Tri Escolar. Por óbvio, a gente tem várias críticas ao projeto aprovado, mas a gente abre mão inclusive de discutir agora sobre a renda para que a gente possa desburocratizar o processo, para que a gente possa agora fazer com que os estudantes não esperem 25 dias úteis para ser analisada uma documentação que pode ser negada, eles vão precisar se reorganizar e vai demorar mais 25 dias úteis. Isso representa um semestre sem o Tri Escolar. Eu fiz questão de utilizar o tempo de liderança do PCdoB para apresentar essa demanda, para dizer que os estudantes... Antes eu fui presidente da UMESPA, da União dos Estudantes de Porto Alegre, e nós construímos esse debate do Tri Escolar no governo Marchezan, construímos agora no governo Melo, nós temos disposição de conseguir consolidar um processo em que os estudantes não sofram com a burocracia. Eu reforço aqui, coloco à disposição o nosso partido, as entidades estudantis, para que a gente possa, de fato, conseguir fazer com que a juventude chegue à escola. O apelo hoje é que os vereadores de Porto Alegre se mobilizem para que a juventude possa chegar na sua escola, porque isso não tem ocorrido agora. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Antes da manifestação do próximo vereador inscrito para uma Comunicação de Líder, eu quero chamar o Ver. Adeli Sell e o Ver. Cláudio Conceição, para fazermos a entrega do troféu em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre, que todos os vereadores deste ano estão recebendo.

Convido a Ver.^a Lourdes Sprenger para fazer a entrega ao Ver. Adeli Sell.

(Procede-se à entrega dos troféus em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Ver. Aldacir Oliboni para fazer a entrega ao Ver. Cláudio Conceição.

(Procede-se à entrega dos troféus em alusão ao transcurso dos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Após a manifestação dos dois vereadores, nós encerramos o período de homenagens aos 250 anos da Câmara Municipal de Porto Alegre.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, colegas da Mesa Diretora, vereadores, vereadoras, cidadãos, cidadãs de Porto Alegre, uma especial saudação à nossa gloriosa Guarda Municipal mobilizada aqui no plenário. Cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, eu entrei nesta Casa em 1997, meu primeiro mandato, fiz cinco mandatos e agora, há 40 dias, volto à Casa do Povo de Porto Alegre, num compromisso claro do qual eu não abro mão: lutar pelas pessoas, pela inclusão das pessoas, pela dignidade humana. Eu cuido da cidade, porque o vereador precisa, antes de mais nada, ser um grande cuidador da cidade, das leis, das normativas, que, muitas vezes, são descumpridas pelos próprios legisladores e também pelo Executivo. Cumprir as normas significa cuidar do que está errado e propor correções. Legislar sim, mas não uma legislação que acaba atrapalhando o cidadão. Não adianta fazer demagogia e propor leis que, talvez, tenham algum impacto na sociedade, mas, no fundo, são legislações que não cabem ao legislador municipal, e eu vejo muito isso acontecer nas Casas Legislativas, inclusive nesta Casa Legislativa, que tem uma Diretoria Legislativa preocupada e que tem uma Procuradoria preocupada com a constitucionalidade. E também não sou um vereador de *selfies*, não sou um vereador de cliques, não sou um vereador de *likes*, eu sou um vereador que cuida da cidade, do povo de Porto Alegre, e eu tenho orgulho de voltar a esta Casa em 2023, estar em 2024 aqui, cuidando de Porto Alegre. Viva Porto Alegre!

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Presidente Lourdes Sprenger e todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara, eu recebo esta placa de homenagem aos 250 anos da Câmara com muita alegria, mas, primeiro, eu preciso fazer a minha menção, a minha gratidão a Deus, a Ele seja a honra, seja a glória por eu estar aqui, por fazer parte da história desta Câmara, da Casa do Povo. A votação que tive foi de 4.331 votos, e, por uma injustiça que foi corrigida, volto a esta Casa em tempo oportuno. Isso só foi possível por uma ação e pela justiça divina, que se manifestou através da justiça desta terra. Eu quero agradecer à minha família, que esteve comigo durante todo o tempo em que trabalhei, foram 20 anos construindo um patrimônio político para estar aqui. Sou grato à minha esposa, Marília, ao meu filho, João Vítor, à minha

filha, Vitória Conceição, à minha mãe, Faustina, que muito orou e me ajudou; e sou grato também à minha chefe de gabinete a Rose Gueno, ao Lucas, à Laura, ao Moisés da Lomba, aos meus assessores e amigos fiéis e leais companheiros que permaneceram comigo no tempo da dificuldade. Então, esta placa, essa menção honrosa não é somente a mim, mas a todos aqueles que contribuíram para que hoje virasse uma realidade. Hoje fazemos parte da história de Porto Alegre, hoje fazemos parte da Casa do Povo, da Câmara Municipal de Porto Alegre. A Deus seja a honra e seja a glória. Muito obrigado.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns aos vereadores homenageado, Cláudio Conceição e Adeli Sell.

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 613/23 da priorização de votação. Ele diz respeito à prevenção e avisos às pessoas nos acidentes climáticos. Será lei um dia, mas precisamos da aprovação. Então o sentido é esse.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Eu queria cumprimentar o Ver. Pedro Ruas pela sua sensibilidade para se discutir mais este projeto.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fran Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FRAN RODRIGUES (PSOL): Boa tarde aos vereadores e vereadoras; agradeço ao PSOL pelo espaço de liderança para poder contribuir aqui na tribuna; boa tarde, Presidente que conduz a sessão da nossa Casa hoje, aos trabalhadores, ao povo que se encontra no plenário. Eu inicio a minha fala aqui, na tribuna, primeiro me solidarizando com os militantes do Coletivo Juntos, com a nossa militante Alice Carvalho pela repressão que sofreram ontem na Câmara de Vereadores lá na cidade de Santa Maria. Subo à tribuna para me solidarizar com eles, porque no momento em que eles estavam presentes na Câmara contra um projeto de lei que – vejam só, povo de Porto Alegre e pessoas que nos assistem – prevê e foi aprovado na Câmara de Vereadores de Santa Maria, nos casos de aborto legal, vejam só, aborto legal, resguardado no nosso art. 128 do Código Penal Brasileiro; nos casos de aborto legal, Ver.^a Biga, as mulheres deverão ser sugeridas, através do médico, que ouçam, antes do procedimento de aborto, nos casos de serem vítimas de estupro, os médicos serão obrigados a sugerir a essas mulheres que elas ouçam os batimentos cardíacos do feto antes do procedimento de realização de um

aborto legal, previsto em lei. Repito, no nosso Código Penal, art. 128; estou falando do que está sendo resguardado na nossa lei, no nosso Código Penal Brasileiro há muito tempo, um direito para essas mulheres. Vejam só, essas mulheres já sofreram as violências por conta do estupro, e lá estão, em Santa Maria, mas já vou chegar em Porto Alegre, a Câmara está debatendo um projeto de lei que violenta novamente as mulheres, porque se não for tortura contra essas mulheres, o que está sendo debatido, eu não tenho outro nome; é uma tortura que está sendo legalizada lá na Câmara Municipal de Santa Maria. Por que eu subo na tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre para falar deste projeto de lei? Porque aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre está também tramitando um projeto de lei neste viés, um viés que violenta novamente as mulheres depois de terem sido violentadas através da cultura do estupro que assola nossa sociedade, um projeto que violenta seguidamente as mulheres. Imagina só aquela mulher que foi estuprada chegar para realizar um procedimento que é resguardado em lei, como eu já disse, um aborto legal e que deve ser seguro, efetuado por médicos, e ela ouve do médico: “Gostaria de ouvir os batimentos cardíacos do feto?” Isso é tortura contra as nossas mulheres, não tem outro nome a não ser esse. E digo isso porque o projeto de lei inclusive deveria ter outro nome, vereadoras e vereadores, porque aqui na nossa Casa é inaceitável que a gente vá aprovar um projeto desse, é inaceitável um projeto asqueroso desse, não tem outro nome para esse projeto! Não tem outro nome! Nós, cheios de problemas na cidade, tendo que fazer políticas públicas, vereadoras, para combater a violência contra as mulheres, tendo que lutar contra a cultura do estupro, aí a Casa propõe, as vereadoras desta Casa, mulheres, propõem um projeto como esse, que violenta. Eu trocaria o nome do projeto de lei que está tramitando nesta Casa, Ver. Pedro Ruas, eu colocaria projeto de lei do estupro, PL do estupro, deveria ser o nome do PL! É esse que deveria ser, porque é um PL que reforça essa cultura que nós estamos combatendo há muito tempo. O número de estupros no Brasil, vereadoras, aumentou em 14,9%; as pesquisas apontam isso. A cada oito minutos nós temos um caso de estupro registrado. Então é inaceitável, coloco aqui a nossa posição enquanto PSOL, enquanto uma mulher militante, que defende os direitos das mulheres e que é contra essa cultura asquerosa do estupro, porque é isso que nós deveríamos estar debatendo aqui, é isso que nós deveríamos estar debatendo aqui: políticas públicas de proteção à vida das nossas mulheres na cidade, e não um projeto de lei que reforça novamente e sistematiza a violência com essas mulheres, porque não pensem que é assim fácil, que as mulheres acordam todo dia querendo realizar aborto, não é assim que funciona a nossa sociedade. Para alguns vereadores parece que é isso. Nós precisamos cada vez mais nos organizarmos e, com as nossas vereadoras aqui que defendem a vida das mulheres, encher essas galerias e o plenário para que esse projeto de lei não seja aprovado na Câmara de Vereadores de Porto Alegre como foi aprovado lá em Santa Maria, porque vai ter resistência da luta das mulheres.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h08min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Airto Ferronato e do Ver. Cassiá Carpes, ao PLCE nº 027/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 027/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego requerimento de autoria do Ver. Cassiá Carpes, solicitando a votação em destaque da Emenda nº 02 ao PLCE nº 027/23.

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Roberto Robaina, ao PLL nº 613/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 613/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando a votação em destaque da Emenda nº 01 ao PLL nº 613/23.

Apregoamos a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, ao PLCE nº 023/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLCE nº 023/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos requerimento firmado pela Ver.^a Karen Santos, solicitando Licença para Tratamento de Saúde no dia 12 de dezembro de 2023.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 172/23 – (Proc. nº 0929/23 – Ver. Aírto Ferronato) – Requer a realização de Sessão Solene no dia 28 de setembro de 2023, às 14 horas, destinada a assinalar o transcurso dos 35 anos da Associação Sul-Riograndense de Engenharia de Segurança do Trabalho – ARES. (SEI 019.00145/2023-05)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação, *ad referendum*, o Requerimento nº 172/23, que requer a Sessão Solene, já realizada no dia 28 de setembro de 2023, para o transcurso dos 35 anos da Associação Sul Riograndense de Engenharia de Segurança do Trabalho. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Comandante Nádia (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, gostaria de lembrar aos colegas e à Mesa que o PLL nº 403/23, de minha autoria, estava sendo discutido e caiu o quórum. Solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 403/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito, vereadora. Está confirmado.

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, invertendo a ordem do Requerimento nº 177/23 com o PLL nº 358/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, meu requerimento é bem mais singelo. Solicito, em face das condições climáticas, que libere os vendedores homens – já que as mulheres não têm essa obrigação – de não utilizar o casaco na sessão de hoje e nas seguintes neste mês de dezembro. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Defiro o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. Os vereadores que se sentirem mais confortáveis em tirar o casaco, fiquem à vontade.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, houve uma falha imperdoável da minha parte. Quando eu disse os vereadores, eu quis dizer os homens que estão no plenário, ou seja, a assessoria também, obviamente. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeitamente, está feita a sugestão e aprovada, aliás, o Ver. Oliboni já aderiu à prática.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.)
Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
APROVADO.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0721/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 403/23, de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, que reconhece, para todos os efeitos, o Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers) como o legítimo representante dos médicos vinculados ao Executivo Municipal. **(SEI 025.00071/2023-92)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- discutiu a matéria o Ver. Adeli Sell em 11-12-23;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 403/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1051/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 617/23, de autoria do Ver. Pablo Melo, que altera o inc. I do *caput* do art. 2º da Lei nº 13.473, de 19 de maio de 2023, que cria o Programa Mais Habitação – Compra Compartilhada, reduzindo o tempo em que o beneficiário do Programa deverá estar residindo em Porto Alegre de 5 (cinco) para 2 (dois) anos. **(SEI 218.00064/2023-60)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Jessé Sangalli: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 30-10-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL n° 617/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; a Prefeitura de Porto Alegre lançou o programa Mais Habitação e, dentro do guarda-chuva do Mais Habitação, nós temos o Compra Compartilhada, que visa dar subsídio de R\$ 15 mil para o cidadão ou cidadã de baixa renda, que possa comprar um imóvel de até R\$ 235 mil. Dentro desse programa, há uma condição, um requisito para que o cidadão ou cidadã porto-alegrense acesse esse recurso para poder financiar seu imóvel, que é exatamente a condição de comprovação de cinco anos de residência em Porto Alegre para acessar esse subsídio de R\$ 15 mil. O meu projeto visa diminuir esse pré-requisito de cinco anos para dois anos, para incluir ainda mais cidadãos e cidadãs nesse grande programa de habitação aqui na nossa capital.

Eu peço aos nossos pares, aos vereadores da situação, da oposição, que a gente possa votar por unanimidade. Obviamente respeito os vereadores da oposição, mas esse é um projeto que não é ideológico, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, ele é um projeto que é bom para os cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, principalmente aqueles que mais precisam. Então, gostaria de deixar esse pedido para que todos os vereadores votassem, por unanimidade, esse projeto que é bom para as pessoas mais humildes da nossa cidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL n° 617/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Parabéns, Ver. Pablo Melo.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0648/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 369/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que institui a Política de Transparência do Índice de Cumprimento de Viagens (ICV) do Transporte Público no Município de Porto Alegre. **(SEI 298.00046/2023-16)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 369/23](#). (Pausa.)

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, conversamos com o Ver. Tiago, que é o autor do projeto, e solicitamos a alteração na ordem de votação, para que o PLE nº 033/23 seja votado antes do PLL nº 369/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1075/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 033/23, que cria Cargos em Comissão (CC) e Funções Gratificadas (FG) a serem lotados na Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos (SMPAE) alterando o Anexo I da Lei nº 6.309, de 28 de dezembro de 1988, que estabelece o Plano de Carreira dos Funcionários da Administração Centralizada do Município; dispõe sobre o Plano de Pagamento e dá outras providências. **(SEI 118.00592/2023-38)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Pablo Melo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 033/23](#). (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, neste projeto só serão criados os cargos se o financiamento for assinado; se o financiamento não for assinado, nenhum cargo será aberto, e serão extintos assim que terminar o financiamento. É exigência do sistema financiador.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito. Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

(Manifestações fora do microfone.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A discussão já está encerrada.

Em votação o PLE nº 033/23. (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Sr. Presidente, depois eu vou assistir de novo esta sessão para ver se estava em encaminhamento, porque eu ouvi exatamente que estava aberta a discussão, e o líder do governo foi até o microfone para dar uma explicação; então, a discussão antecede o encaminhamento, mas se V. Exa. diz que está em encaminhamento, não está mais em discussão, está nas notas taquigráficas.

Agora, a questão central é o seguinte: criação de cargos para Secretaria Municipal de Planejamento e Assuntos Estratégicos; secretário Cezar Schirmer, eu não estou entendendo. O orçamento dele salta de R\$ 45 milhões para R\$ 122 milhões, Secretaria de Planejamento. Enquanto a Secretaria de Cultura diminui, enquanto para a Secretaria de Educação, 14% apenas. E aí vem para cá, de novo, no apagar das luzes, Ver.^a Mari Pimentel, do ano de 2023, criação de cargo comissionado para o secretário Cezar Schirmer – é o homem forte do governo, manda e desmanda, escolhe o que cria e o que não cria, abocanhou, para sua secretaria, um orçamento estratosférico, nunca na história deste Município, Secretaria de Planejamento com tanto dinheiro, para quê? Para consultorias, para contratos com empresas, o que é isso? Nós já vivemos um cenário horroroso este ano de duas CPIs, não era uma, duas, isto é vergonhoso para cidade. E aí na Secretaria de Saúde, gente, eu não vejo a garantia de encerrar, de uma vez por todas, com a fila do SUS. Gente, são dois anos a média de espera para uma consulta com cardiologista, ortopedista, pediatra, ginecologista; o que é isto? A população espera, e aí eles mandam dinheiro para Secretaria do Planejamento. Em três anos, não deu para planejar mais escolas, hoje a gente tem 19 mil crianças querendo escola; em três anos, não planejaram mais escolas, nobres colegas. As crianças estão fora das escolas. Para que essa Secretaria de Planejamento com tanto dinheiro, se o que era para planejar não o fizeram. E aí vai criar cargo comissionado, e vem o líder do governo e ainda fala: “Não, não, só vamos criar se isso, se aquilo” – ah, e sem discussão, aqui não! Aqui nesta Casa não; enquanto nós estivermos aqui, queremos um debate sério da aplicação do recurso

público. Não tem como aceitar mais criação de cargo comissionado num ano em que os secretários ganharam aumento de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil. Isso já não bastou como um incentivo. Eles foram lá e pegaram o orçamento da cultura, o orçamento que era para ser da saúde e jogaram na Secretaria do Planejamento. Repito: isso é escandaloso; de R\$ 45 milhões para R\$ 122 milhões. Mas o que tem o Cezar Schirmer? Mas o que tem o Cezar Schirmer? Que poder é esse que ele tem, que o orçamento dele vai lá em cima e a gente não consegue construir escola na cidade e está ali o posto de saúde Orfanotrófio fechado. Aquela população não tem assistência em saúde no seu local, mas o Cezar Schirmer vai ter seus cargos comissionados. É, no mínimo, entristecedor nós estarmos debatendo isso aqui. Eu queria estar debatendo que o prefeito criasse escolas, postos de saúde, que desse o direito à população de ter acesso àquilo que está na Constituição. O Cezar Schirmer já acessou tudo da Constituição, inclusive ele tem agora um bom salário, que saltou de R\$ 14 mil para R\$ 19 mil. Criação de cargo comissionado? Não, meus colegas. Não é o momento. Quero pedir a sensibilidade de Vossas Excelências. Não dá. Criação de cargo comissionado de novo? De novo, não.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Colegas vereadores, ouvimos algo incrível agora à tarde aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre: as eleições serão realizadas no ano que vem e esse empréstimo só vai ser pedido mediante essa necessidade que os bancos internacionais exigem. Só o que nós vimos hoje à tarde foi o Ver. Jonas Reis já assumindo a derrota nas eleições do ano que vem, porque não quer o empréstimo que vai para a educação. Não leu o projeto. Ele chegou aqui todo avoado. Que mundo é esse? Não leu o projeto. Não leu o projeto. Ele não sabe que esse dinheiro vai para a área de educação. Esse dinheiro vai para a área da saúde. Esse dinheiro vai para desenvolver a nossa cidade. Isso é praxe de qualquer governo que pegue empréstimo internacional, seja ele municipal, estadual ou, principalmente, federal; se vai pegar dinheiro em bancos internacionais, tem que ter pessoas qualificadas para trabalhar esse dinheiro. Isso não entra para o caixa único e fica lá disponível, não. Esse dinheiro vem encaminhado com finalidades e projetos, e tem pessoas que vão trabalhar e fiscalizar, isso tem prazo de cumprimento. O Ver. Jonas fez uma lambança aqui, foi lá e veio cá, disse lá, mas não explicou nada com nada; simplesmente já admitindo que não quer administrar o seu partido, não tem ambição nenhuma de vitória nas eleições do ano que vem, porque não quer administrar esse dinheiro. Esse dinheiro vai ser para a Prefeitura de Porto Alegre, esse dinheiro é para a população de Porto Alegre; esse dinheiro não é para o governo A, B ou C, esse dinheiro é necessário para o nosso povo e para as políticas públicas nesta cidade, políticas públicas voltadas para o cidadão. Mas o Ver. Jonas, que está antecipando as eleições faz três anos, não entendeu ainda isso, não entendeu ainda. O ódio no coração é maior do que a compreensão de um projeto desses para a área social, para o desenvolvimento social e econômico das pessoas de Porto Alegre, os mais necessitados;

principalmente, para esse dinheiro chegar lá na ponta, a quem mais precisa, que é a área da educação e a área da saúde. Mas, simplesmente, se critica dizendo que esse dinheiro vai para um secretário; esse dinheiro vai para a Prefeitura. E, se o Ver. Jonas nunca administrou nada, dentro de uma administração tem as pessoas responsáveis por administrar. Nós não temos como buscar um empréstimo internacional nesse valor com um banco que vai nos dar sem nós explicarmos quem é que vai ser o administrador desse recurso; o administrador que vai distribuir esse recurso; a pessoa que será responsável pela aplicação desse recurso. Então, antecipando as eleições e já antecipando a sua derrota, o Ver. Jonas sobe aqui dizendo que a cidade de Porto Alegre não precisa desse dinheiro. A cidade de Porto Alegre, seja qual for o prefeito da próxima gestão, vai precisar e precisa muito desse recurso. Nós precisamos desenvolver mais a nossa cidade nessas áreas, vereador, principalmente quanto ao desenvolvimento social, ao desenvolvimento econômico, à educação e à saúde. É assim que se desenvolve uma cidade. Então nós viemos encaminhar pela aprovação deste projeto, que é um projeto para a cidade, que determina início, meio e fim desses cargos. Não serão cargos vitalícios, não serão cargos em que ficarão a vida inteira vinculados ao governo. Eles são vinculados ao projeto seja quem for o gestor público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/23.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, colegas vereadores, Presidente Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha aqui pela TVCâmara. Eu gostaria de fazer duas ressalvas com relação a esse projeto, reforçando, como falou o Ver. Claudio Janta, que os cargos só serão criados quando o empréstimo for aprovado. E, assim que for encerrado o processo de empréstimo, serão encerrados os cargos.

Mas eu aproveito esta tribuna para denunciar duas questões, porque eu acho importante a gente, como Câmara de Vereadores, nos debruçarmos. Primeiro, nós temos dois servidores do Município em cargos comissionados que estão em desvio de função na Secretaria de Planejamento. Hoje, nós estamos criando cargos, mas nós temos dois servidores que já estão sendo denunciados pelo Tribunal de Contas do Estado por estarem lotados na Secretaria de Planejamento e prestarem expediente em outra secretaria. É importante que a gente saiba e a Câmara de Vereadores saiba, porque isso gera um passivo para o Município. Isso é errado, e a gente não deve aumentar o número de cargos dentro de uma secretaria se existem servidores de outra secretaria que ganham FG na Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Dado isso, a segunda ressalva que eu gostaria de colocar é que nós temos empréstimos internacionais, Ver. Aírto Ferronato, que não conseguimos acessar, porque o Tesouro Nacional não deu a sua carta validando as contas do Município na educação. Então, nós temos sim projetos importantes para o investimento da cidade; a gente precisa

de investimento, só que esse empréstimo não está andando devido à carta do Tesouro Nacional validando as contas do Município na educação.

Então, reforço dois pontos que são de gestão, não são ideológicos, e que nós, como Câmara de Vereadores, precisamos nos apropriar para fazer andar o desenvolvimento da cidade. É errado darmos FG para servidores em desvio de função; o Tribunal de Contas está se apropriando, e nós, como Câmara de Vereadores, devemos nos apropriar. E segundo, é errado a gente ter nas mãos um desenvolvimento econômico aí com investimentos que nós não conseguimos acessar, porque nós não conseguimos cumprir as regras do mínimo na Educação. Então dado isso, gostaria de fazer essa ressalva e passar essa informação para os vereadores. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cássia Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Ver. Hamilton Sossmeier, Presidente da Casa, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Bom, como eu fui secretário de Obras, Cecchim, e tu também foste meu colega, no governo Fogaça, nós tínhamos lá o caso do BIRD com a 3ª Perimetral. Por que se faz um empréstimo internacional? Porque, naturalmente, o juro é mais baixo. E eu gostaria aqui que o Adeli, o Oliboni, que são mais experientes, são da minha época, quando nós começamos, que esses empréstimos eram pegos pela Prefeitura do PT também, que foi no início do Orçamento Participativo, fazendo todo esse trâmite, Ver. Cecchim; se não tivesse condições, não saía o financiamento, em nível nacional. Esse financiamento era específico, e tinha um escritório que tratava, porque é exigência do BIRD, é exigência. Ninguém pega dinheiro internacional e manda lá para secretaria tal; não. E como disse o líder, Cecchim, esses cargos se extinguem a partir do momento que não precisa mais - e já tirou o empréstimo, coisa parecida, porque tem que dar estrutura num gabinete para fazer. Não é fácil, parece fácil. É muito dinheiro, consequentemente sendo muito dinheiro em questões de Porto Alegre, tem que ter um escritório específico, e pode ser, como nesse caso, dentro de uma secretaria. Então eu passei por essa experiência, quando nós concluímos, eu era secretário de Obras, a 3ª Perimetral. E, além disso, acredito que tenha também uma contrapartida do Município, como havia antigamente, para poder sair o empréstimo internacional - naquela oportunidade era 30%. Então eu acredito que, às vezes... O Jonas vem aqui, fala e vai embora, não fica no plenário, aí deixa os companheiros numa situação difícil; é não por não, é crítica por crítica. O empréstimo internacional para quem nunca foi secretário de Obras, como V. Exa., nunca adquiriu e não teve, como disse o Ver. Janta, nenhum cargo no Município e, sim, no sindicalismo que são coisas diferentes. O sindicalismo é crítica por crítica. Inclusive hoje tu nem defendestes o teu sindicato aqui, eu achei estranho. Eu tenho certeza que o Ver. Oliboni que vem de longe, o Ver. Adeli, sabem que para adquirir um empréstimo internacional tem que ter muitas condições, é uma exigência fortíssima e que naquela oportunidade, me lembro, a 3ª Pimentel conseguiu dinheiro internacional e naturalmente teve que manter

um escritório que é especificamente do caso. Então as pessoas vêm aqui só bate pela política, ah, o ano que vem tem eleição, para aí, gente, Porto Alegre, se tiver condições, o Banco Central vai deixar, agora, se não tiver, o próprio Banco Central vai cortar recurso do Tesouro Nacional, não vai deixar! Então é, se tiver condições, se sair o empréstimo, nós estamos dando não uma carta branca, porque automaticamente tem que vir empréstimo, tem que ter os seus requisitos para atingir esse empréstimo internacional, com compromissos, pagamentos em dia e, conseqüentemente, visando o crescimento da nossa cidade. Então, falar só pela parte política, criticar isto e aquilo, analisando e comparando com outros casos que não vem no momento, eu acredito que Porto Alegre poderá, sim, pegar o empréstimo se tiver condições, se tiver tudo ok e vai ter, porque até que prova o contrário nós estamos numa administração boa do governo Melo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/23, pela oposição.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Presidente Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras, eu tenho o prazer, em nome da oposição, de fazer o encaminhamento. Às vezes, a idade ajuda, o tempo indiscutivelmente sempre nos ajuda e hoje, sem dúvida nenhuma, será Cronos, o deus do tempo, que vai me ajudar. Quando nós discutimos a 3ª Perimetral, realizamos um dos maiores investimentos e tivemos um dos maiores financiamentos, todo esse processo teve um escritório especial, escritório da 3ª Perimetral. Esse escritório foi coordenado por uma servidora pública, hoje aposentada, Néia Uzon. Todos os quadros que trabalharam nas mensurações e nos cálculos eram servidores municipais, vários deles estavam sob o comando de um secretário, o único CC era André Passos. Essa secretaria chamava-se Gabinete de Planejamento – GAPLAN. Então, a bem da verdade, eu estou aqui corrigindo algumas informações fornecidas. Não esperem de mim aqui bater na mesa, gritar e chamar alguém disso ou daquilo, mas eu venho sempre solenemente, em nome da oposição, dizer que, nas gestões da administração popular do Partido dos Trabalhadores e seus aliados, o Gabinete de Planejamento fazia todas essas articulações com servidores municipais, sem cargos de confiança. Um dos prefeitos que desmantelou o serviço público em Porto Alegre não foi o atual prefeito. Eu achava, quando o Sebastião Melo se elegeu prefeito, que ele ia revisar a desastrosa mudança feita pelo Marchezan, que desmantelou a Secretaria Municipal de Planejamento. Se a proposta do Plano Diretor viesse para cá neste ano ou no ano que vem – parece que não virá –, vocês veriam aqui desfilar com seus cabelos brancos algumas funcionárias que eram presentes na secretaria em 1979 e que estão aposentadas. Eu tenho um grupo, discuto o Plano Diretor, sociedades inteligentes e sustentáveis com várias pessoas que estiveram na Secretaria Municipal do Planejamento, porque eu acho essa contradição... Brinquei com o Melo há dias, dizendo que fizemos um seminário maravilhoso aqui, que nós íamos criar um Instituto de Planejamento Porto Alegre, o IPA, porque em Curitiba tem o IPPUC. Então eu digo, Melo, tem uma contradição, e talvez ele

ainda tenha chances de mudar isso, porque eu tenho o livro. Vou trazer a semana que vem aqui, vou mostrar o livro, um livro maravilhoso sobre Porto Alegre, do seminário que nós fizemos. Eu acho que ainda há chances de mudar. E eu vou chamar o voto contra por essas razões, porque eu acho que nós temos pessoas capacitadas no serviço público, nós temos um grande número de agentes de fiscalização, coordenados hoje por uma associação civil, a AIAMU, nós temos procuradores e temos técnicos capacitados na área de engenharia e de arquitetura. Eu acho que nós temos que valorizar os atuais servidores. Quando o Marchezan contratou a primeira consultoria, a segunda e a terceira que não deram certo no Plano Diretor... E eu dizia por que esse desdém com as academias, com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a PUC, com a Unisinos, com a Feevale, etc. e tal? Eu chamo as senhoras e os senhores para essa reflexão. Eu acho que esta Casa, em alguns momentos, deveria pegar e fazer reuniões conjuntas de comissões, não essas do plenário aqui, mas chamar duas, três reuniões para a gente discutir projetos com tranquilidade. Eu espero que em 2024 nós mudaremos os nossos procedimentos. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Presidente Sossmeier, eu confesso preocupação quando recebo esse tipo de debate aqui nesta Casa, criar cargos em comissão, FGs, CCs, 14 CCs e 5 FGs. É estranho quando a gente recebe um governo, no seu primeiro ano, em que ele chega diminuindo secretarias, diminuindo e prometendo cortes de CCs, porque sempre o passado fazia maior, um pouco parecido com discursos que a gente vê até nacionalmente, internacionalmente. Mas, no último ano de governo, criam-se cargos. Nós temos servidores valorosos, competentes, capazes na nossa Prefeitura. Por que não os valorizar? Por que não valorizar o servidor em detrimento de criação de cargos? Aí a gente vai olhando o projeto e vê que serão designados para os programas de desenvolvimento, o Porto Alegre+, a ser financiados pelo BID, o Programa de Revitalização da Área Central, do Centro mais o 4º Distrito. Eu confesso, Pablo, que eu fico boquiaberta de ver um governo que está no seu último ano, tu vais no Centro da cidade em véspera de Natal, e está intransitável. Tu não consegues chegar numa loja. Resolveram abrir todas... Tem problemas nas ruas centrais? Óbvio que tem! Óbvio que tem, desde o primeiro ano que este governo assumiu temos problemas, mas ficamos o tempo todo sem fazer nada, e, chega no último ano, estão intransitáveis as ruas do Centro. As lojas que a duras penas conseguem sobreviver, as lojas de rua, não estão conseguindo fazer com que os clientes acessem as suas lojas. Abriram todas as ruas, é vergonhoso. Aí a gente vê empresas, como a 4D, que será muito beneficiada com milhões, grandes financiamentos, e aí a gente precisa criar cargos para atender exatamente a esse tipo de demanda em vez de nós valorizarmos e orientarmos os servidores para exercerem essas funções. Por isso, Presidente, eu encaminho aqui o nosso voto contrário a esse projeto. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 033/23.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, esta minha fala, secretário Urbano Schmitt, vai lá para o Rafael Sartori, presidente do Mercado Público, da Associação dos Comerciantes; vai para o nosso amigo, Ver. Jessé Sangalli, o Rafael Bravo, lá da Av. Voluntários da Pátria; todos os nossos gringos comerciantes da Av. Voluntários da Pátria, da Rua Marechal Floriano. Não é, Cecchim? Tu aí que tens uma capilaridade com a italianada da cidade, que são comerciantes do Centro Histórico. Eu quero dizer também para vocês, da Rua Marechal Floriano, Rua Dr. Flores, que subiram à tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre a Ver.^a Biga Pereira, do PCdoB, e o Ver. Jonas, do PT, que são contra a revitalização do Centro Histórico. Vamos lá, vamos aos fatos, vamos à verdade: o financiamento de R\$ 1,751 bilhão, para o BID liberar, vereador líder do governo, Idenir Cecchim, a criação dessas estruturas é condição posta pelos agentes financiadores. E essas mesmas estruturas, para o BID dar R\$ 1,7 bilhão para revitalização do Centro Histórico, são condições, e no momento que acabar o financiamento, é extinto. Então, o que eu quero dizer para vocês, meus amigos moradores do Centro Histórico, comerciantes e empreendedores, que subiram dois vereadores aqui, na tribuna da Câmara de Vereadores, para votar contra o projeto de revitalização do Centro Histórico de Porto Alegre. Eu tenho convicção que, Ver. João Bosco Vaz, a situação não deixará isso passar. Eu tenho certeza que nós vamos aprovar esse financiamento, essa estrutura, que é condição vital para que o BID faça esse financiamento, que vai melhorar e vai transformar a cara e a vida dos cidadãos, dos comerciantes, dos empreendedores e de todos que frequentam o Centro Histórico. Então, saibam que novamente quem está contra é a vanguarda do atraso, do PT e do PCdoB. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fran Rodrigues, o PLE nº 033/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 21 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, ao PLL nº 369/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 369/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos apreciar o PLL nº

366/22 em 6º lugar e o PLL nº 342/21 em 17º lugar. Quero agradecer à Ver.^a Comandante Nádia e demais vereadores por permitirem a alteração.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0648/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 369/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que institui a Política de Transparência do Índice de Cumprimento de Viagens (ICV) do Transporte Público no Município de Porto Alegre. **(SEI 298.00046/2023-16)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 369/23. (Pausa.) A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Presidente, eu me inscrevi para discutir esse projeto, primeiro, porque acho que é importante o projeto que o Ver. Tiago apresenta aqui. Hoje, a nossa cidade enfrenta, Ver. Airto Ferronato, extrema dificuldade com o transporte público. Nós temos milhares de pessoas que entram no aplicativo ou nas orientações que a Prefeitura dá e elas não correspondem à realidade de conseguir pegar o ônibus. Ficam por horas na parada para um transporte que é ruim, que é caro e que está precário. Acho que esse projeto aqui tem uma importância fundamental de nós conseguirmos compreender hoje os ônibus que não cumprem horário, para a gente conseguir identificar, inclusive, quais são os bairros mais prejudicados. Eu moro na Serraria, esse é o ônibus que eu pego para vir para o Centro, ou o Serraria-Rodoviária, e é difícil, por exemplo, o Serraria-Rodoviária, que tem de uma em uma hora, conseguir cumprir o horário. Então nós precisamos garantir que a sociedade... inclusive para que esta Casa consiga pensar políticas públicas efetivas para resolver esse problema, porque

há uma expectativa nossa de que os vereadores aqui desta Casa são os mais interessados em resolver os problemas da população, ou pelo menos deveriam ser.

Eu me inscrevi aqui para parabenizar o Ver. Tiago, para dizer que é de extrema importância, nós, do PCdoB, votaremos a favor do projeto, nós precisamos tratar o tema do transporte público da nossa cidade com mais atenção, com mais cuidado. Acho que é nítido, para nós, o que o vereador apresenta sobre a insegurança que se sofre nas paradas de ônibus, é preciso refletir sobre isso também, porque, quando um ônibus atrasa, a gente está colocando a vida de diversas pessoas – mulheres principalmente – em risco. Portanto, eu subo aqui para dizer que nós, do PCdoB, votaremos a favor desse projeto, e a gente espera inclusive que ele possa ter desdobramentos nesta Casa para resolver os problemas da população de Porto Alegre. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 369/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, falo aqui como um usuário do transporte de Porto Alegre. Comecei a usar o ônibus bastante, todos os dias, quando fazia ensino médio na Escola Padre Reus, na Tristeza. Até então, não usava muito ônibus porque não saía do bairro. Na classe popular, muitos começam a usar ônibus quando têm que estudar numa escola longe. No meu bairro, não tinha escola de ensino médio, então, eu pegava um ônibus lá na Zona Sul. É interessante observar que o transporte perdeu qualidade, principalmente nos últimos quatro anos, muita, muita qualidade. Porque esse modal único não consegue se transformar, se reciclar. Ele fica ali, os megaempresários igual chupins, agora estão bebendo direto do caixa da Prefeitura, mais de 100 milhões todos anos para eles, e eles sempre chorando: “Ah, não tem dinheiro, pois é, ai, meu Deus, tem que aumentar a tarifa, está difícil”. Mas ninguém larga, eles não largam. E este projeto aqui nos ajuda a apertá-los um pouco para que eles cumpram pelo menos a licitação, por que eles não tão cumprindo. O ar-condicionado eles não estão cumprindo – neste calorão que está no dia de hoje, vários ônibus tinham que estar com o aparelho de ar-condicionado ligado – e não estão! – e não cumprem as tabelas – não cumprem. E eu tenho printado todos os descumprimentos, eu tenho um aplicativo que eu uso, vou mostrar para vocês, o Cittamobi. Eu uso esse aplicativo que dá para nós onde está o ônibus, de onde ele está vindo, tanto no sentido bairro-centro, como centro-bairro. Por exemplo, na parada mais próxima em frente à Câmara, ele avisa aqui que, em 1 minuto, os carros 346 e 176 vão passar por aqui. Só que qual é o problema disso? Muitas vezes, Ver. Tiago, os carros não passam, eles não passam, e a gente está na parada com aplicativo que tem o GPS, só que o carro não passa. Quem é que está controlando os GPSs de fato? Onde está o controle disso, do cumprimento das viagens? Eles estão embolando as viagens e aí eles estão dando godô na população. E a população não tem informação porque a EPTC não faz uma política de denúncia e de cobrança dessas empresas. Isso é lamentável! Então a Câmara de Vereadores tem que instituir uma política de transparência, de índice de cumprimento

de viagens. Isso é uma vergonha para esta Câmara. Nós temos que fazer isso quando é para a EPTC fazer esse serviço. É vergonhoso a Câmara estar assumindo um trabalho que é para ser do Executivo. Vejam a que ponto chegamos no transporte de Porto Alegre, e que os vereadores, vendo a ingerência do Executivo, têm que assumir a dianteira e propor.

Então, eu fico muito triste, mas quero, Ver. Tiago, parabenizá-lo, gostaria de estar subscrevendo. Pode me convidar, nas próximas leis assim eu estarei para subscrever, porque nós precisamos apertar quem lucra. Eles lucram, mas não entregam. É muito legal, o megaempresário de ônibus vai lá, entra o dinheiro direto do caixa da Prefeitura para o caixa dos ônibus, mas não entrega o serviço, e o prefeito Sebastião Melo fica lá: “Pois é, gente, o transporte não está legal.” Mas ele não troca ninguém da EPTC. Aí ele diz: “Pois é, o governo federal tem que ajudar”, mas ele não mexe no transporte. O Sebastião Melo é o cara... mais João sem braço impossível. Não tem um cara mais preparado, desavergonhado, é um prefeito desavergonhado, ele não tem vergonha. Ele pega o microfone e diz: “Não, eu estou lutando, estão fazendo.” Há três anos que ele não autua as empresas, R\$ 22 milhões em multas, que eram para ser aplicadas no ano passado, eles aplicaram só 4%. Que legal! É bacana ser empresário de ônibus em Porto Alegre, só não é bacana ser motorista de carro, de Uber e de moto, que tem que pagar as multas. Esses não são aliviados das multas. A EPTC só alivia quem? O sistema Sul, o sistema Leste, Norte, as empresas.

Eu espero poder descobrir, prefeito – eu queria ser uma mosquinha para descobrir –, o que se debate nessas suas reuniões com os megaempresários do transporte da capital. Por isso, nós vamos aprovar essa lei para apertá-los.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 369/23. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Muito obrigado, Sr. Presidente, quero também agradecer ao líder do governo, Idenir Cecchim; à sua vice-líder, Cláudia Araújo. Agradeço também as falas dos vereadores da esquerda, que me anteciparam aqui, Ver. Jonas, obrigado; a nossa colega Ver.^a Vitória, do PCdoB, obrigado pelo seu depoimento. Eu faço questão de ressaltar todos esses integrantes, porque esse é um projeto que não visa a atacar, não mira um governo, não é de oposição e não é de situação, ele é um projeto da Casa. Ele é um projeto, aliás, que não é meu. Este projeto vem de uma usuária de ônibus que, sentindo os problemas de atraso – e, como vocês sabem, as mulheres entendem que ficar exposta numa parada de ônibus é perigoso. Teve uma moça que foi assassinada na frente do Barra Shopping, Ver. Cláudio Conceição, às 19h da noite por causa de um celular. Então, esse projeto vem da sociedade para dentro da Casa, Ver. Oliboni. Não é um projeto... Até porque confesso, eu uso muito pouco o transporte público, já usei mais. Por isso eu fiz questão de ir à bancada do governo, de articular com a oposição, com os independentes, no sentido de que esse projeto sai desta Casa do Povo e justamente congrega todas as bancadas. Vocês viram aqui, e vários

falaram – inclusive eu –, porque é um projeto que estabelece uma política de transparência do índice de cumprimento das viagens para que aquele e aquela que pagam a passagem de ônibus tenha o direito de saber como o serviço está sendo prestado. Com a emenda que fizemos em acordo com a liderança do governo, 90 dias parece um tempo razoável, porque hoje passa de ano. Inclusive, não está no projeto, mas na justificativa, há uma sugestão de *dashboard*, similar ao que tínhamos durante a pandemia. Tantas vacinas aplicadas, tantos casos, óbitos, curas e assim por diante. Então, esse projeto, ao qual convido todos a votar “sim”, vai dar maior transparência aos horários dos ônibus, à divulgação do índice de cumprimento de viagens e possibilidade de fiscalização de atrasos, facilitação do trabalho de fiscalização de atrasos, facilitação do trabalho de fiscalização dos vereadores. Se alguém chegar ao seu gabinete, Ver. Ramiro, “Poxa, está atrasando o ônibus”, o Ver. Ramiro vai ter essa transparência, Ver.^a Fernanda Barth, para ir lá e dizer. O nosso papel, independente de governo ou oposição, é fiscalizar o Executivo e o serviço público, especialmente concessionado. O cidadão também tem a sua capacidade de fiscalização aumentada, porque ele tem os dados na mão, ele consegue ver se o Restinga – que, aliás, foi a linha que ensejou esse projeto, é de uma usuária do transporte do ônibus Restinga –, mas outros, Hípica, Zona Norte, Ruben Berta... o próprio Jonas aqui falou a respeito dos ônibus que passam defronte à Casa do Povo. E também Porto Alegre vai estar, os 36 vereadores se me derem a honra, 35 junto comigo, de aprovarmos esse projeto, Porto Alegre vai estar inovando em transporte público e em transparência a respeito do transporte público. É uma resposta que esta Casa vai dar para a sociedade num projeto sensível para todas as bancadas.

Por isso, de acordo com o fórum de transporte seguro, os terminais, as paradas de ônibus são os principais focos de insegurança na capital gaúcha. E este projeto converge, os 36 vereadores, esta Casa vai estar dando respostas à sociedade, mais transparência, mais fiscalização ajudarão a melhorar na transversalidade deste projeto, a melhorar a segurança pública da capital. Então, peço o voto de todos na emenda. A emenda foi a pedido do governo, um ajuste no prazo de 30 para 90 dias, e este projeto, repito, não é nem meu, este projeto vem de uma usuária, assim como tantos outros usuários de transporte público. E esta Casa está convidada, Ver.^a Fran, a nós aprovarmos e darmos uma resposta à população de Porto Alegre. Pela atenção e pela compreensão do estouro do tempo, muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 369/23.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (UNIÃO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; Ver. Tiago, quero parabenizá-lo porque este projeto que o senhor está construindo, com uma emenda muito sensível por parte do governo, ele vem num tempo mais do que oportuno. Sábado, eu estava no Lami, e fiquei – está na minha página – quase 3 horas esperando um ônibus. Quase 3 horas esperando um ônibus, e aí fiscalizamos, olhando, e no final de semana não

tem tabela de horário. Hoje pela manhã, estive na Lomba do Pinheiro acompanhando um cadeirante que precisa fazer o seu transporte, passaram dois ônibus e os dois não tinham condições de transportar o menino porque o elevador estava estragado. Os ônibus estão andando com precariedade, e a nossa função exatamente é esta, fiscalizar, e nós não podemos abrir mão dessa função, que é primordial do vereador. Então, o seu projeto é um projeto muito sensível, é um projeto que vem em direção daqueles que precisam, daqueles que usam o transporte público, que precisa constantemente estar sendo revisado para que o trabalho possa ser entregue com excelência para a população. Essa é uma hora oportuna e o teu projeto vem realmente na resposta daquilo que nós acreditamos, estamos fiscalizando. Eu estou com uma pontinha de ciúme, porque gostaria eu de ter feito este projeto, mas não tendo sido eu, eu quero participar apoiando, votando, para que o teu projeto, junto com o governo, possa ser aperfeiçoado, e as empresas que estão ali para prestar esse serviço, possam de fato prestar um serviço com excelência, porque a população carece do respeito. Um abraço, que Deus abençoe.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 369/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Sossmeier, colegas vereadoras, vereadores, se nós fizermos uma retrospectiva do transporte coletivo de passageiros em Porto Alegre, nós temos que lembrar do tempo do bonde, que acabou em Porto Alegre no dia 8 de março de 1970, por obra de Telmo Thompson Flores, o maior destruidor de Porto Alegre, o maior destruidor do patrimônio público da cidade, só não botou abaixo o Mercado Público, porque o Galvani, no Correio do Povo, fez uma campanha contra; não botou abaixo o edifício Ely, porque os funcionários da Prefeitura diziam: “A gente faz uma curva.” Então, a curva que existe no Viaduto da Conceição, Tiago, é porque os funcionários foram mais clarividentes que o gestor. E o senhor está dando uma lição para o atual gestor, os atuais gestores do trânsito, do transporte, a circulação em Porto Alegre. Não tem transparência, não tem transparência porque não se fiscaliza. É o cidadão que está fiscalizando, é uma barbaridade. As empresas de ônibus, não só agora, na atual gestão, ao longo dos tempos afrontam o poder público. Quando eu cheguei em Porto Alegre, em 1972, não havia mais bondes, havia ônibus, caindo aos pedaços, eram horríveis e foram piorando ao longo dos anos. Eu me lembro que o Villela era prefeito, o Dib era secretário de governo, e nós fizemos uma grande manifestação no Paço Municipal. Eu sei que, por meio de uma barreira, fui levado ao gabinete, eu era um dos interlocutores, eu, um jovem estudante na época. Isso me pesou muito porque a gente lutava, lutava, e as coisas não caminhavam. Em 2013, houve o famoso R\$ 0,20, que alguns setores se utilizaram para manobrar, de todas as facções, diga-se de passagem. Eu tenho escrito sobre isso, e alguns escreveram coisas e fizeram sumir seus livretos, apagaram páginas na internet; eu não, eu assumo as responsabilidades. Eu estou aqui para dizer, Tiago, que o projeto é correto, vamos apoiá-lo, vamos votar, porque nós temos que passar um pouco por cima de certas disputas de chimango e maragato; não dá para ficar

um cortando o pescoço do outro. É preciso somar; às vezes a gente tem que ser duro, discutir bravamente, colocar argumentos, mostrar que o colega está errado, que isso faz parte de um projeto que... Estou lendo um livro, por exemplo, que tem a ver com o Plano Diretor, mas tem a ver com a cidade, que é Parceiros da Exclusão; tem gente que é parceiro para destruir qualquer coisa dos outros – isso acontece muito. Então, nós precisamos somar forças para repor certas linhas de ônibus e para fiscalizar os horários. O Ver. Conceição deu um relato dramático aqui; até achei que ele ia ser mais duro depois de ficar horas no Lami, esperando por um ônibus, mas eu vejo isso em vários lugares. Em um dia desses, eu tive que ir à Lomba dos Pinheiro; eu estava fora aqui da Casa, em um dia de chuva. Foi terrível. Eu não consegui o ônibus, tive que ir em cima do laço para cumprir um horário, que era um compromisso meu, pessoal. Tive que pegar um táxi e gastar uma babilônia, porque o ônibus não estava no horário. O ônibus falhou. Eu queria ser um cidadão comum; como em qualquer lugar do mundo, o cidadão pega um ônibus, e a gente sabe o horário. Aqui em Porto Alegre, mesmo com esses mecanismos novos, existe apenas uma meia dúzia de lugares de controle; o resto não tem controle. O Lami, que aqui foi mencionado, é um escândalo; mas, a estrada Afonso Lourenço Mariante, onde estive hoje de manhã, é duplamente escandaloso. Há oito anos, sumiu uma linha importantíssima para aquela comunidade, e continua assim, mas eu vou dizer, em janeiro, já tem uma mobilização marcada e, se necessário for, nós faremos todas as batalhas para vencer. Vencer uma guerra, não é? A gente pensa em uma batalha depois da outra. Muito obrigado. Vou votar na sua proposição.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 369/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente. O Ver. Bosco criando aí animosidades entre o nosso partido. O senhor está convidado a entrar no Progressistas também. Venha trabalhar aqui com a gente. Mas quero dizer que, Ver. Tiago, provavelmente o senhor conseguiu unir a esquerda, a direita, os centros, independentes, porque eu não vi ninguém subir a essa tribuna aqui e dizer que não votaria no seu projeto. Então, eu quero de pronto parabenizá-lo. Projetos que vêm ajudar, auxiliar a nossa Porto Alegre parte de um vereador, mas todos são responsáveis em fazer essa assinatura, e tenho certeza de que o nosso prefeito também vai sancionar. Quero dizer que a bancada do PP... Viu, Bosco, antes eu perguntei para a líder se ela iria usar o tempo, perguntei para o Cassiá se ele queria, e os dois disseram que não queriam, mas que eu poderia encaminhar. Então, aqui há um certo cuidado na legalidade, na antiguidade, nos decanos; e trago isto lá da nossa caserna: é tão importante a gente ter o respeito para com todos, os mais jovens, os mais antigos.

Enfim, falando sobre o projeto, tudo o que disser sobre transparência e for dentro da legalidade vai ter o meu voto, porque, quanto mais transparente nós tivermos o serviço público, mais as pessoas de Porto Alegre terão consciência dos seus direitos, dos seus deveres e do quanto o Executivo municipal está sendo agradável, sensível ao serviço

público, que deve ser entregue da melhor forma, com melhor eficácia, eficiência, e é isso o que nós queremos. Além de tudo, ao que o senhor disse, Ver. Tiago, sobre maior transparência nos horários e divulgação do cumprimento das viagens, eu acresço outra coisa, que é o número de passagens gratuitas, porque isso é muito importante para que nós saibamos quantos usuários estão utilizando a gratuidade, para que nós saibamos quantas passagens também estão sendo pagas por aqueles que são os pagadores da passagem, uma vez que não existe lanche grátis. Então, eu acresceria nesse rol também nós sabermos quantas passagens gratuitas, dentro das gratuidades que são entregues à população porto-alegrense, para que a gente saiba e também tenha o entendimento de quanto o Município e os pagadores de passagem estão investindo naqueles que menos podem pagar ou naqueles que, de acordo com a legislação, são isentos. Então, eu subi aqui muito rapidamente – nem vou usar todo o meu tempo – para parabenizá-lo, dizer que a bancada do Progressistas irá votar favorável. Parabéns pelo projeto; parabéns, mais ainda, para Porto Alegre, que merece.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 369/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 369/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Parabéns, Ver. Thiago Albrecht. Conseguiu aprovar um projeto este ano. Parabéns.

Vereador Thiago Albrecht (NOVO): Quero agradecer aos 35 vereadores e vereadoras, pois foi aprovado por unanimidade. Repito: é um projeto desta Casa, mostrando que esta Casa, os 36 vereadores, estão dando as respostas para a sociedade. Agradeço também à base do governo, com quem nós articulamos e que liberou para a aprovação, e agora vou até o prefeito levar essa aprovação. E a gente colaborativamente quer agradecer e ajudar na implementação. Obrigado a todos pela unanimidade. Estamos aí para servir.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, Ver. Thiago Albrecht, pela aprovação do projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprecio o Ofício nº 4113/23, firmado pelo Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, por meio do qual encaminha o PLE nº 045/23, que autoriza a concessão de auxílio emergencial aos produtores rurais no Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Pedro Ruas.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Na votação do projeto anterior, fui chamado por uma comunidade que atendi em meu gabinete – inclusive, avisei o Ver. Thiago Albrecht. Eu sei que já terminou a votação, mas queria registrar a minha posição desde o início favorável ao projeto. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro do nosso decano, o Ver. Pedro Ruas.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0643/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 366/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que institui homenagem à Imigração Italiana, constituída por um monumento a ser erigido na Praça Itália, localizada no Bairro Praia de Belas.
(SEI 138.00044/2023-98)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CECE**. Relator-Geral Ver. Gilson Padeiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 28-08-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o PLL nº 366/23. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 366/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**. Parabéns, Ver. Idenir Cecchim, pela aprovação de seu projeto.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1188/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 024/23, que altera o inc. XXXII e inclui o § 18 no art. 70 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, para dispor acerca da ampliação do polígono que estabelece área de isenção do IPTU, altera o inc. VIII do caput e inclui § 9º no art. 8º da Lei Complementar nº 197, de 21 de março de 1989, que institui e disciplina o Imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por

ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, para dispor acerca da ampliação do polígono que estabelece área de isenção do ITBI. (SEI 118.00630/2023-52)

Parecer Conjunto:

- da CCJ, CEFOR e CUTHAB. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- tramitação em regime de urgência – art. 110 do Regimento;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 11-12-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão PLCE nº 024/23. (Pausa.) O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente Hamilton Sossmeier, meus caros colegas. O Estado não gera riqueza. Quem gera riqueza, dá oportunidade para que a sociedade possa avançar, possa se desenvolver, é a iniciativa privada, através das mãos de empreendedores, pessoas que colocam o seu dom, a sua vocação a serviço não apenas da dignidade da sua própria família, mas também para dar dignidade a outras pessoas, gerando oportunidade, emprego e renda. No 4º Distrito não é diferente. Nós tivemos, ao longo da história, o 4º Distrito sendo reconhecido sendo reconhecido como um território pujante, como um território rico justamente devido às mãos empreendedoras e trabalhadoras que ali fizeram a sua vida, que ali construíram a sua história, as suas empresas, buscaram a sua dignidade através do trabalho. É o trabalho que marcou toda a trajetória do 4º Distrito, desde o processo de desindustrialização, Ver. Adeli Sell, muito especialmente ao longo da década de 1970, nós tivemos muitas empresas, muitas indústrias saindo do 4º Distrito e criando um verdadeiro vazio urbano. Quando há vazio urbano, quando não há pessoas circulando num espaço, seja para morar, consumir, trabalhar, usufruir dos espaços públicos, esse vazio urbano é ocupado pelo crime, pelo tráfico, pela prostituição, como é o caso que aconteceu no 4º Distrito. Desde muito cedo, eu ouvi sobre o processo de revitalização desta região, desde muito cedo ouvi muitos projetos, ideias, consultorias que, ao longo das décadas, fizeram uma verdadeira análise minuciosa da região, e o poder público buscando encontrar algum processo para o seu desenvolvimento. O desenvolvimento não veio pela mão do poder público, veio pela mão dos empreendedores, muito especialmente, desde os anos 2015, 2016 acentuando em 2017, nós vimos inúmeras novas empresas da indústria 4.0, da área da inovação, escritórios de arquitetura, espaços de *coworking* abrindo os seus espaços no 4º Distrito. As cervejarias, pelas quais hoje o 4º Distrito, talvez, também seja, entre outras

coisas, lembrado, também fizeram parte desse processo trazendo vida, pessoas para a noite da região, que antes era dominada apenas pelo tráfico e pela prostituição. Portanto, foi muito bem-vindo o programa +4D, Vicente Perrone, quando nós tivemos uma sinalização clara do poder público dizendo: “Olha, não cabe a nós, exclusivamente, buscar o desenvolvimento desta região”, são os empreendedores quem lá já estão e para quem quer ir para lá que terão a condição necessária de poder ali gerar desenvolvimento, emprego e renda. E esta ampliação do polígono que hoje está proposta para alterar o Programa +4D, do qual fui relator aqui na Casa, essa ampliação coroa esse processo, porque de nada também poderíamos pensar nos benefícios tributários, isenção tributária para aqueles imóveis que buscarem ter ali uma qualificação, que buscarem trazer para o seu redor desenvolvimento e um ambiente urbano melhor, se nós excluirmos desse processo Vila Farrapos, Humaitá e outros pontos que estavam fora do polígono. Portanto, este projeto hoje aqui, por óbvio, terá o meu voto “sim”, porque acredito que é a iniciativa privada o principal motor para a geração de desenvolvimento na cidade. Acredito que o poder público, com os benefícios tributários, além de todos os outros que já foram dados de índices construtivos, é capaz de fazer com que a cidade sinalize para o mercado que ali é o ponto de renascimento de uma Porto Alegre mais desenvolvida, mais humana e também inovadora. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que estão nos acompanhando. Eu considero esse projeto absolutamente importante e imprescindível para o projeto de desenvolvimento do 4º Distrito da forma que nós sempre defendemos. Eu me lembro, há 15 ou 20 anos, de profundas conversas com o professor Benamy Turkienicz da UFRGS, que foi uma das primeiras pessoas a desenvolver um projeto sobre o 4º Distrito. E o projeto era lindo e maravilhoso, só que ele tinha uma carência muito grande, ele não tinha um plano de desenvolvimento econômico de como aquilo seria posto em prática. Então, ele projetava um 4º Distrito autossustentável, de energia limpa, ecologicamente correto, pró-inovação, mas ele não dizia de onde ia vir o recurso para tudo isso. E era um projeto que todo mundo que tinha acesso ficava enlouquecido e queria ver aquilo, de fato, posto em prática. Com o tempo e sucessivas prefeituras, esse projeto foi abandonado durante muito tempo, e os últimos dois governos resolveram trazê-lo à tona e viabilizá-lo de fato. A questão de quem iria bancar o desenvolvimento do 4º Distrito sempre foi uma questão prioritária. Nós entendemos que quem tem que bancar o 4º Distrito é quem quer investir no 4º Distrito e cabe ao governo simplesmente não atrapalhar o empreendedor e o desenvolvimento e dar, sim, as melhores condições possíveis para que a grande transformação positiva aconteça, que é uma transformação não só de inovação, de empreendedorismo, mas de revitalização. É uma inovação que traz junto a moradia e o emprego, é um bairro que tem tudo para ser referência internacional, quando ele de fato estiver cem por cento operante como gostaríamos de ver.

Eu gostaria de destacar nesse projeto, que agora veio para esta Casa, que na verdade a gente está fazendo apenas um pouco de justiça de trazer uma equiparação para quem ficou de fora da primeira parte da isenção do polígono. E destacando aqui que visamos aumentar a procura por parte dos investidores e empreendedores para a promoção da diversidade de usos e de atividades voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável, valorizando as características, história e a identidade do local, com vistas a transformar a região em um lugar muito bom para se morar, trabalhar, estudar e empreender. Destacando aqui aos colegas, inclusive da oposição, mas eu acho que esse projeto muito provavelmente vai ser uma unanimidade ou quase isso nesta Casa, que não prevê aumento de estimativa de renúncia de receita. E para quem não conhece, não teve tempo e não conseguiu analisar o projeto a fundo, para se ter essas isenções é preciso cumprir uma série de características, de determinações de energia limpa, de utilização de água de chuva, de energia solar ou a questão inclusive de investir na questão da sustentabilidade, da ecologia. Não basta querer, tem que se adaptar, tem que cumprir as regras e tem que estar dentro desse movimento que a gente tão bem chama de +4D. Eu espero ver esse projeto, de fato, saindo do papel, funcionando a pleno vapor e que com essa aprovação a gente consiga atrair muitos investidores, novos recursos, empregos e renda para a região e para Porto Alegre. E eu tenho certeza de que daqui a 5, 10, 15 anos nós vamos olhar para o 4º Distrito e, assim como hoje já somos uma referência em *startups*, com o South Summit, nós seremos uma referência em bairros inteligentes e sustentáveis. Obrigada.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras; como eu disse anteriormente, se a gente tivesse outros procedimentos de discussão, eu creio que seria muito melhor. Nós estamos falando, na verdade, não apenas no 4º Distrito, nós estamos, na verdade, Robaina, falando do 3º e 4º Distritos e ampliações. Eu já escrevi um artigo sobre os bairros *fakes* em Porto Alegre, porque as grandes empresas construtoras fazem um condomínio amplo e chamam isso de bairro. Vai acabar essa festa, isso é ilegal, não existe norma para usar essa terminologia. Mas Porto Alegre tem essa bandalheira, isso é horrível. Vai acabar, vai acabar! Aqui tem lei, aqui tem justiça.

Nós estamos falando vulgarmente do 4º Distrito. Em 1926, não havia água encanada no 4º Distrito. Guido Mondin, para quem não sabe, foi um importante senador da República e um artista plástico de grande valia, tem obras valiosas. Uma delas está dentro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. A rua que se chama Guido Mondin – está errado na placa, vai ser corrigido pelo pessoal do Imobi – não é do senador, é do pai, que era morador, o pai já era morador. Ele escreve um livro chamado Burgo sem Água, maravilhoso, livro de crônicas, esgotadíssimo. Lá a gente aprende um pouco sobre como um bairro se cria, como um bairro se modifica, como, por exemplo, a antiga Rua

dos Cachorros virou Edu Chaves, e as pessoas, às vezes, não sabem quem foi esse aviador importante. Tinha uma rua chamada Rua Itália e, de repente, desaparece a Rua Itália, desaparece por quê? Foi a guerra, e vira Arabutã, que era um navio que foi naufragado. Isso é o 4º Distrito, riquíssimo. A sua configuração era de fábricas e de moradias, e não só as grandes fábricas Rio Guaíba, Renner, Neugebauer e Fiategi, para citar as grandes. Não, havia muitas pequenas fabriquetas que eram dos alemães, inicialmente; espanhóis, muitos poloneses, italianos, que vieram depois e assim sucessivamente. É um bairro que tem que ser preservado e trabalhado. Olhem a beleza que são aquelas casas geminadas na Rua Paraíba, e sobre o entorno eu não vou falar. Segundo o vice-prefeito, vai haver um investimento nessa rua, estou atento e vigilante, tomara, porque merece. Agora, tem erros: a Rua do Parque tem os principais marcos históricos, lugares de memória que as pessoas têm que conhecer, como, por exemplo, um prédio que está decaído, que foi onde teve o 1º Congresso da Federação Operário do Rio Grande do Sul, que era dos anarquistas. Agora, acho que é na Rua Almirante Barroso, onde tem aquele condomínio grande, há um erro gravíssimo ali, tem um desenho, um grafite muito bonito do Paixão Côrtes, mas está errado, pois lá teve pouca colonização que tem a ver com o gauchismo, e até por que o Paixão Côrtes morava naquele casario que foi tirado em 1970 e pouco, quando se fez o viaduto da Conceição, ali que ele morava, nunca morou no 4º Distrito, então não tem nada que ver. O 4º Distrito, inicialmente, é eminentemente alemão, polonês e outras descendência. Essa ampliação do IPTU é equivocada. Eu sei que as pessoas têm que fazer um monte de coisas, mas só um idiota que não vai fazer, não é? Mas eu concluo o seguinte: talvez, Porto Alegre tenha problemas, porque, como diz o professor Arnoldo Doberstein, alguém já tinha escrito isso antes, Porto Alegre tem muitos ricos, mas poucos capitalistas. Capitalista é quem olha para frente, faz coisas inovadoras. Os muito ricos fazem casinha para alugar ou fazem trambiques. Eu vou votar contra, e podem apostar que vai passar aqui, já sei que vai passar, mas não ficará assim – não ficará assim –, eu só estou dizendo isso, só e somente isso. Espero que tenha contribuído, não me levem a mal. O 3º e o 4º Distritos ampliados é algo diferente do que aqui se fala. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir PLCE nº 024/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, mesmo sendo ameaçado pelo Ver. Adeli: “Não vai ficar assim! Não vai ficar assim!”, eu entendo o vereador. Ele, na realidade, é um historiador – ainda bem que não é um economista, e deu para demonstrar aqui que ele não é economista, não entende muito como funciona a economia, Ferronato. Aqui não se fala nada em aumento de renúncia, não tem aumento de renúncia; aqui nós estamos estendendo o perímetro, porque não é possível que de um lado da rua se possa e no outro lado não. Apenas estamos fazendo isso, juntando. Ou alguém tem alguma coisa contra o lado direito da Rua Dona Teodora? Não. Alguém tem alguma coisa contra a Av. Brasil de um lado ou de outro lado? Não, nós estamos fazendo uma ampliação do perímetro

daquela região, uma região que, aliás, passou muitos anos sendo degradada. Uma das causas é que os estagiários de uma universidade fizeram uma lista de tombamento e acabaram tombando mesmo as casas velhas, e aí se foi a história, Ver. Adeli, de muitos locais desses. Prédios que foram listados, mas que, na realidade, foram derrubados, não foram tombados pela rigidez de alguns membros do antigo Epahc. Ainda bem que o Epahc está melhorando, está progredindo, está sendo mais sensível às coisas que acontecem, porque antes se misturava velho com histórico, aí enxergavam uma casa velha e botavam na lista, enxergavam uma casa com arco: “Ah isso é histórico, arco é histórico”. Não, tem que ter alguma representatividade. Ver. Adeli, que é um historiador aqui, falou da casa da federação dos operários, Ver. Adeli, essa dos anarquistas, como é que era? (Pausa.) Federação Operária do Rio Grande do Sul. Eu já conheci o Ver. Adeli da antiga Libelu – antiga Libelu! Nós somos mais antigos – nós somos mais antigos –, e lembro do Ver. Adeli junto com o tal do frango – nunca mais ouvi falar do frango, mas esse era um dos líderes da Libelu também. Então nós temos que entender esse pessoal. Ele tem uma história lá com essa gente, e nós queremos o futuro. A Prefeitura quer o futuro, a reorganização desse nosso bairro magnífico, que é o 4º Distrito e adjacências. Até o Grêmio foi pra lá, Ver. Janta. O Grêmio está lá no Humaitá, e nós vamos ter que revitalizar aquela região, dar condições para a população que mora lá, e nada melhor, para melhorar a qualidade de vida de um bairro, do que levar o desenvolvimento. É isso que esse projeto quer, levar o desenvolvimento de uma forma uniforme para todo o 4º Distrito. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente em exercício, Moisés Maluco do Bem, vereadoras, vereadores, povo que nos dá a honra de assistir através da TVCâmara; eu ouvi com atenção o Ver. Idenir Cecchim, como ouvi os demais e as demais. O Ver. Idenir Cecchim sabe da amizade e respeito que tenho por S. Exa., amizade e respeito, mas neste projeto aqui, Ver. Adeli Sell, este projeto não pode ser aprovado, evidentemente que não. Aliás, esse governo municipal que foi eleito, e aí tem o meu respeito nesse sentido, mas ele se especializou em isenções, mas raramente – raramente – essas isenções são para pessoas de poucas posses ou são para pessoas de pouca renda. O Ver. Idenir Cecchim me ouve lá do fundo e sabe do quanto sua figura é importante para mim, mas o projeto que ele defendeu aqui é inaceitável, porque ele começa uma isenção que não vai ter fim para empresas, eventualmente não só empresas, claro, mas também para empresas que nós nem sabemos o porte, sequer sabemos o porte ainda, podem ser gigantescas. Não se esqueçam – e eu digo respeitosamente, nós temos divergências – que é esse mesmo governo que isentou a Fraport, a bilionária alemã, multinacional que gere o Aeroporto Salgado Filho. É esse mesmo governo que isentou a Fraport, que isentou “n” empresas com alta capacidade financeira, que isentou inclusive quem trabalha exclusivamente com recursos financeiros, porque diminuiu muito o ISS dos bancos, justamente no ano do trigésimo aniversário em que esse tipo de entidade pagava tributos.

Por isso nós não temos como aprovar esse projeto, ele é uma isenção a varrer, sem critério, o único critério utilizado é o geográfico, mas ele é altamente discutível, porque pode ser que haja pessoas com muita necessidade, daqui para a frente, em toda essa região, até Canoas? Pode. Não é provável – não é provável –, o mais provável é que essa isenção vá terminar beneficiando grandes empresários, de quaisquer setores, principalmente os do entretenimento. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Presidente Moisés, eu me inscrevi aqui porque acho que esse debate é um debate que a gente tem vivenciado na cidade há algum tempo. Não há dúvida de que o 4º Distrito hoje é o que a Prefeitura dá grande atenção, tem um grande cuidado. E esse projeto prevê ampliar em quatro vezes as áreas do 4º Distrito que estabelece isenção fiscal por até 15 anos de IPTU e de ITBI. Mas eu quero chamar atenção dos vereadores de que, se esse projeto for aprovado, ele também abrangerá estabelecimentos como a Arena do Grêmio ou como, por exemplo, o próprio DC Shopping, que, por coincidência, Ver. Aldacir Oliboni, abrange o Escritório +4D, que está dentro do shopping e que, por coincidência, Ver. Idenir Cecchim, um dos sócios é o ex-secretário de desenvolvimento econômico e turismo aqui da cidade. É muita coincidência. E aí a gente cai numa falácia aqui de que a preocupação é que estamos preocupados com a questão do desenvolvimento social. A grande verdade é que, quando o próprio programa do 4º Distrito não tem solução concreta para dar conta do contexto, nós desonerarmos os investidores não significa que sem políticas públicas essa medida vai resultar em desenvolvimento social na região. Porque nós estamos falando de uma região em que parte dos vereadores olham para as cervejarias, olham para as empresas, mas também é a região em que as pessoas estão empilhadas em cima das casas sem ter onde morar e ninguém vai lá ver o que está acontecendo. Nós estamos falando de uma região em que as pessoas não têm o que comer, em que as pessoas não têm transporte público, que, quando chove as pessoas ficam embaixo d'água. E exonerar o IPTU – eu lamento dizer a vocês – não vai resolver o problema dessas pessoas. Então é uma falácia nós subirmos nesta tribuna e dizer que a aprovação desse projeto vai garantir o desenvolvimento social da região. Desenvolvimento social da região para quem? Para os empresários? Para os amigos do prefeito? Porque o povo de lá vai continuar.

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Então o senhor assume para mim, Ver. Idenir Cecchim, líder do governo, que esse projeto é para os empresários com essa sua fala, porque é o que o senhor acabou de dizer, que, se não tem relação, então é para os empresários.

Então nós vamos ter esse cuidado, porque a gente fica dizendo que é desenvolvimento social da região, mas não é. É uma enganação, é para os amigos do prefeito. E nós vamos ter consciência de falar a verdade aqui nesta tribuna: se vocês querem ajudar os amigos do prefeito então sustentem que é para ajudar os amigos do prefeito, não digam que é para ajudar o povo. Porque nós vamos sair com esse projeto – se vocês o aprovarem aqui – aprovado e o povo vai continuar chegando em casa, Ver. Idenir Cecchim, sem ter comida na mesa, sem ter água, porque essa é a realidade. Hoje de manhã, nós recebemos demanda de que a Vila Farrapos está 24h sem água, Ver. Pedro Ruas, e aí a gente entra numa falácia aqui que vai resolver o problema isentando IPTU lá do ex-secretário do governo.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente, comandando os trabalhos, Ver. Moisés Barboza. Quero ser rápido, porque, qualquer coisa, eu tenho uma reserva técnica que é depois o encaminhamento. Mas aqui eu vi vereador que sempre defende o 4º Distrito, votando contra o projeto aquele do empréstimo internacional, que destina 1 bilhão para o Centro, Orla e 4º Distrito. E, agora, nós estamos nesse que, conseqüentemente, também ajuda o 4º Distrito. Naturalmente, o 4º Distrito, e é fácil conhecê-lo, nós todos conhecemos, e algumas regiões ali estão deterioradas praticamente. A região perto do Centro tem que ter muita transformação, e há esse objetivo do governo, é uma meta do governo, e nós somos da base do governo, nós queremos ajudar.

Naturalmente, isso é importante para Porto Alegre. Sempre separando, eu acho que tem que ter oposição sempre, eu já fui oposição uma vez, duas vezes, já fui situação, agora, sobre a questão dos impostos eu posso falar com a maior tranquilidade. Eu estou no quarto mandato aqui nesta Casa, nunca votei aumento de IPTU, nunca. Fiz dois mandatos de deputado estadual, nunca votei aumento de ICMS.

Tudo o que vier para esta Casa que já é de costume, porque o governo Melo está dando isenções e está tendo a receita aumentada, porque gera emprego, gera renda, Pablo. Então, sempre que tiver isenção, eu vou votar, porque tem causado essa questão de que inverte. Está rendendo, está causando, está definindo mais empresários, mais renda, mais para o consumidor. Estamos discutindo agora o ICMS na Assembleia. ICMS e IPTU penalizam o cidadão quando aumentam demais. Nós temos que ver a renda e favorecer o contribuinte, esse que tem que estar com o dinheiro no bolso, não é dando para prefeituras que seguidamente fazem péssimas gestões. Conseqüentemente, é isso que nós temos que votar. Tudo que for para beneficiar o cidadão, o empresário que quer gerar emprego, nós temos que ser a favor; e é assim que eu tenho me portado, com coerência, durante todos esses anos. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente Moisés Barboza, colegas vereadores. Essas discussões que nós estamos tendo aqui sobre o 4º Distrito, nós já tivemos muito no nosso Estado. A questão da isenção, da ampliação da área, diga-se de passagem, do 4º Distrito, me lembra muito a discussão da GM e da Ford, quando as pessoas diziam que nós estávamos dando isenção, que o Estado do Rio Grande do Sul estava dando isenção de posse. Não estava dando isenção nenhuma, eram empresas que não existiam. A GM transformou a cidade de Gravataí num dos maiores polos, um dos maiores índices de desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul; e Guaíba perdeu. Até hoje Guaíba tenta achar algo que recomponha a sua economia com a perda da Ford. Então, isso é como os distritos industriais; hoje, a cidade de Cachoeirinha possui um grande distrito industrial. Ela não perdeu nada, apenas agregou. Eu quero fazer um alerta aqui. Estamos falando sobre construções com telhado verde, captação de água de chuva e uma série de medidas que não apenas ajudam para o desenvolvimento econômico e social, mas também para o ambiental. Quero fazer um raciocínio sobre a questão dos bares do 4º Distrito. Os bares do 4º Distrito têm um tratamento diferencial, porque um bar, um restaurante que abre aqui na Cidade Baixa, na Zona Sul, no Extremo-Sul, na Zona Norte, ou até no próprio Centro, ele tem uma série de requisitos que a gente não vê no 4º Distrito. Lá pegou um galpão, botou a estrutura de ferro, largou uma telha de zinco, pega lá aquele negócio de fio, de cabo, bota ali uns bancos, e acabou. Não tem garçom para atender, o cliente vai lá num totem, compra o bagulho, vai lá pega o bagulho, e senta na mesa, vai e busca e busca... O número de empregos que o setor de bares e restaurantes no 4º Distrito diz que gera, é ilusório. Não tem o mesmo tratamento que tem, por exemplo, e nós enfrentamos muito isso na questão do 2º piso do Mercado Público, as exigências que foram feitas para quem abriu no 2º piso do Mercado Público. Não tem as exigências que são feitas para os bares da Cidade Baixa, não tem a exigência que é feita para os bares do Rio Branco, do Bonfim, do Sarandi, os bares aqui debaixo do Menino Deus, os bares lá de Ipanema. Acho que isso nós temos que começar a ver com outros olhares, a cidade não pode ter um tratamento para o setor de bares e restaurantes numa região e ter noutra. Volto a dizer, convido os colegas a frequentar o 4º Distrito à noite, vocês verão o que eu estou dizendo aqui para vocês: não tem recuperação nenhuma. São seis vigas de ferro, telhado de ferro, larga a telha de zinco, mete um contêiner lá com o banheiro masculino e feminino, e acabou. Aí espalha lá um negócio de pizza, de cachorro quente, um trailerzinho, e a geração de emprego é mínima. Mínima nos padrões dos outros bares e restaurante de Porto Alegre. Então, acho que isso nós temos que rever. Agora, nós não estamos dando nada! Nós estamos indo atrás de recursos em uma zona completamente destruída, uma zona que tem como efeito, e é só olhar quem passar de ônibus, a pé, de bicicleta, de carro, de táxi, de Uber, é só olhar o que é a Av. Farrapos, que foi o apogeu da cidade de Porto Alegre e, hoje, a Av. Farrapos é uma tristeza dentro da cidade de Porto

Alegre. Então nós não estamos dando nada, nós estamos indo atrás de recurso para cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e ouve a direita da capital dizer que quer gerar empregos, quando eles mantêm 2 mil cargos vagos dentro do DMAE, e hoje a população sofre porque eles penalizam vocês, trabalhadores que pagam os impostos. Vocês não vão ganhar isenção, quem vai ganhar isenção são alguns amigos e amigas de uma região específica, e isso é uma vergonha, porque o Lami, a Restinga, o Sarandi, o Partenon e a Lomba do Pinheiro não vão ganhar isenção, somente onde estão os amigos do rei. Isso é lamentável, porque eles querem, dizem eles assim: “Vamos ressuscitar o 4º Distrito”, mas não é isso que vai ressuscitar o 4º Distrito, é uma gestão decente para a cidade, que faça atrativos, não jogar um comerciante contra o outro. Como é que eu vou fazer isso? Como é que fica a Cidade Baixa? Como fica o Menino Deus? Como ficam os outros bairros da cidade, os comerciantes? Vejam bem o recado do governo Melo para vocês: comerciantes de outros bairros que não o 4º Distrito, se danem, se virem, façam por si, porque nós estamos fazendo pelos nossos, nessa pequena região. Inclusive eles fizeram aqui movimentos, aprovaram nesta Casa que o Centro Histórico seria revitalizado, reconstruído – até agora nenhuma escola anunciada para o Centro Histórico, nenhuma escola anunciada para o 4º Distrito, nem um posto de saúde anunciada, nenhuma revitalização de aparelhos sociais necessários para combater a fome, a miséria, nenhuma habitação de interesse social na região. Não tem, vereadoras e vereadores, habitação de interesse social no Centro Histórico, tem sabe o quê? Uma matéria de jornal que saiu recentemente, há dois meses, dizendo que saltou 50% o número de imóveis desocupados no Centro Histórico, porque o Melo jogou meia dúzia de empresas no Centro para cercar o Centro, está como se fosse uma guerra civil, e ele não consegue, gente, pasmem, organizar os paralelepípedos, a calçada, a rua; tem rua sem acessibilidade, porque agora eles dizem que esse projeto deles é moderno. Eles não têm... Sabem qual é o problema? O problema central aqui é que não tem gente decente para planejar e executar; se a revitalização do Centro Histórico no final do 3º ano do governo até agora não saiu, e os comerciantes estão indignados porque as pessoas não vão mais no Centro, elas estão se afastando, elas estão saindo dali, estão consumindo em outros lugares; aí, eles dizem que esse é o processo de revitalização; esse é o processo de espantar as pessoas do Centro Histórico. Está dando errado; as pessoas não estão investindo; não está abrindo mais nada novo, está fechando. Vocês deram as isenções, e o pessoal está fechando porque vocês não fazem o resto, vocês não trazem segurança, vocês não trazem direitos sociais para região, vocês acham que a iniciativa privada sozinha vai resolver. Essa é a grande mentira que vocês, do governo Melo, vendem para a cidade. É preciso que o Estado chegue com o poder fundamental de igualdade, de justiça social. E eu sei o que vocês querem fazer no 4º Distrito, vocês

querem higienização social – essa é a tentativa de vocês para liberar grandes empreendimentos, o que é a grande vergonha de tudo, que os grandes empreendimentos não vão dar contrapartidas sociais; vejam bem o que vocês estão fazendo, o cara vai lá, constrói agora, o Melo vai deixar, um grande condomínio, sem tem contrapartida de fazer uma praça, um posto de saúde, na educação, uma escola na região. A contrapartida pode ser dentro do próprio condomínio, está isso aqui, dentro do próprio condomínio; quer dizer, o grande empresário investe em si mesmo, no seu próprio empreendimento. O que é isso? Tenham vergonha de defender isso; isso é vergonhoso para a cidade toda. Não se trata aqui de só pegar o dinheiro do recurso público para os poderosos; trata-se de mudar totalmente a legislação, de assinar embaixo de uma coisa que não deveria estar acontecendo. Nós estamos, há cinco anos, esperando para discutir o Plano Diretor, e agora o Sebastião teve a coragem de dizer que a culpa não é dele, que não discute o Plano Diretor; claro que não é dele, porque ele fatiou o Plano Diretor, ele agora mandou mais um pedaço da cidade, E você, morador da Ponta Grossa, da Serraria, da Cruzeiro, você que mora no Sarandí, que mora na Vila Ipiranga, você que mora no Itu Sabará, você que mora na Lomba do Pinheiro, você que mora no Belém Novo, você não vai ganhar isenção; vão ganhar isenção os grandes poderosos do 4º Distrito, porque não é nem o povo pobre, não é nem o povo pobre, não é o povo trabalhador, só os endinheirados. É inversão de valores que essa cidade vive com este projeto e tantos outros que dá dinheiro para os mais ricos, deixa os mais pobres sem o mínimo acesso – vocês reduziram orçamento da educação, da cultura, da saúde, nessa lei orçamentária esse ano. Essa vergonha nós não vamos compactuar, por isso que nós vamos contra esse projeto. Nós queremos uma cidade com igualdade, com justiça social para todos, em todos os bairros e não em dois apenas. Isso não é bom, prefeito. Isso é feio.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLCE nº 024/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente Moisés, que bom poder discutir. Não me surpreende nada a esquerda subir aqui e falar mal de empresários, falar mal do prefeito. Isso é lugar-comum aqui, nesta Casa. Mas eu vou dizer àqueles que não sabem, que são mais novos: sinônimo de desenvolvimento social é trabalho, e quem dá trabalho não é o Melo, quem dá trabalho não é quem mais precisa, mas é exatamente o empreendedor. Se o 4º Distrito hoje é uma região em que poucas pessoas querem investir, que poucas pessoas querem morar, que poucas pessoas acham bonito, vamos melhorar o 4º Distrito. Quando nós queremos que uma região seja populada, que uma região tenha desenvolvimento social, a gente leva o desenvolvimento econômico. Eles têm que andar par a par. Para quem está na vulnerabilidade, para quem está necessitando comer, morar, só tem uma forma de melhorar essa equação: é com trabalho. Mas não me surpreende nada; não me admira que quem vem aqui nesta tribuna falar mal sobre uma isenção que estimula empreendedores estarem ali no 4º Distrito seja exatamente aqueles que não sabem o que é trabalho, que nunca tiveram uma carteira

assinada. Vou falar sério: saber o que é trabalhar, acordar cedo, ganhar seu dinheiro, ter renda para colocar comida na mesa dos seus filhos não é para qualquer um, mas, para isso, tem que trabalhar. Eu fui secretária de Desenvolvimento Social e sempre dizia: o melhor projeto social é o trabalho. Chega de ter gente só querendo ganhar. Mas tem partido de esquerda, tem aqueles que gostam de mamar na teta de empresários, que querem ganhar tudo de graça. Aliás, muitos dos que vieram são partidários do desgoverno do Lula, que não gosta de pobre, gosta de pobreza; quanto mais pobreza, quanto mais gente precisando, quanto mais gente sem casa, quanto mais gente na cesta básica é melhor, porque tem aquelas pessoas na sua mão para ganhar voto. Eu e vários vereadores aqui queremos as pessoas com independência financeira – independência financeira! –, que significa protagonismo da sua vida, e isso é a melhor coisa. Quando nós vemos aqui um esforço do Executivo, um esforço a partir da Fazenda dando uma liberação, aumentando a isenção de IPTU e de ITBI – o que eu gostaria em todas as regiões, e, neste momento, nós estamos conversando sobre o 4º Distrito –, nós falamos o quê? Ali no 4º Distrito, nós queremos que as pessoas, que as empresas, que os empresários, que mais gente possa popular aquela região para que ela se torne bonita, para que ela se torne aprazível, para que ela se torne uma opção de as pessoas irem lá e terem uma contrapartida de poderem investir em um local em que ninguém quer ir. Então, me parece muito, mas muito razoável, e é muito singelo o projeto. Quer dizer o quê? Vamos fazer a isenção; ampliar a isenção, aliás, porque ela já existe, Ver. Pablo, já existe, nós estamos ampliando para que mais pessoas queiram investir ali, para que mais pessoas que nada ou muito pouco têm, possam ter oportunidades de ter o prazer de trabalhar, ter o prazer de ganhar o seu dinheiro e ter o prazer de dizer “eu não dependo de Estado nenhum, eu dependo do suor do meu trabalho para garantir a comida da minha família”. Então, é um projeto que terá o meu “sim” e, por certo, sem surpresa nenhuma, o “não” daqueles que querem a cidade quanto pior, melhor; quanto mais gente precisando ganhar as coisas de graça, melhor. Isso porque ali nós teremos exatamente os que vão dar o voto para aqueles que querem uma cidade cada vez pior. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLCE nº 024/23. (Pausa.) O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente Moisés Maluco do Bem, senhoras vereadoras, senhores vereadores, vamos aqui ao resumo do projeto de lei que nós estamos encaminhando agora para votação. Diz assim: o projeto trata da ampliação das regiões aptas à concessão dos benefícios fiscais de IPTU e ITBI. Ele visa desenvolver a região do 4º Distrito mediante incentivos e benefícios urbanísticos e fiscais.

Vamos responder a algumas coisas que foram ditas daqui da tribuna. Como eu havia dito anteriormente, eu sou muito reativo, e gosto sim de responder àquelas situações que eu acho que não são colocadas de forma verdadeira e justa. Ver.^a Vitória Cabreira, eu quero te dizer que nós mesmos votamos, eu acho que a senhora também, a

isenção do IPTU para os mais humildes em nossa cidade. Isso foi uma proposição desta Casa. Então, se a senhora colocou que nós estamos olhando apenas para os ricos e poderosos, que esse discurso está batido aqui na Câmara, a senhora mesma e a sua bancada votaram unanimemente a favor para acabarmos com o IPTU dos mais humildes.

Quanto à sua justificativa de o prefeito Melo estar beneficiando os amigos do rei, os poderosos, enfim, o prefeito Melo fez quase 400 mil votos em Porto Alegre para ser prefeito da nossa cidade. O prefeito Melo tem amigo em todos os lugares da cidade, do Lami ao Sarandi, das Ilhas ao Partenon. Então, isso não me parece um argumento que seja sólido para a senhora votar “não”. Aliás, o prefeito Melo venceu a eleição nas 10 zonas eleitorais da cidade – há de se lembrar disso que aconteceu lá em 2020. A Ver.^a Comandante Nádia coloca muito bem uma frase do ex-presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan que diz que o maior projeto social é o emprego. E a gente, o nosso governo, e o prefeito Melo foi eleito pela visão de mundo que tem, diferente da visão da candidata comunista, exatamente porque é um governo de parcerização, de apoio aos empresários, ao povo mais humilde, que vê no desenvolvimento econômico uma aposta para também termos proteção social. Então, a geração de emprego que essas isenções... Aliás, de uma maneira muito madura e justa, nós temos que colocar aqui, na tribuna, que o nosso governo, com apoio dessa base aliada na Câmara, fez isenções e baixou 40 impostos durante o governo, nesses quase três anos. E, mesmo assim, a arrecadação da Prefeitura aumentou.

Então, eu quero colocar também aqui ao Ver. Janta – o Ver. Janta que é um bom vereador, querido amigo, mas às vezes ele não sabe se é situação ou se é oposição, não é? Janta, é bom definir essa situação. Eu acho que é importante. O senhor falou da Cidade Baixa, meu querido amigo Janta, a Cidade Baixa tem decreto próprio. Então, a Cidade Baixa, que é um bairro que tem muitos bares e restaurantes, tem um decreto próprio na nossa cidade. E, como eu estava querendo, para finalizar, esse justo debate aqui da tribuna da Câmara, se houver mais isenções, isso não beneficia só o grande empresário. Muito pelo contrário, essas isenções beneficiam a pessoa física e a pessoa jurídica, do pequeno ao grande. Eu não tenho esse preconceito; eu quero geração de renda, de emprego em todas as regiões da cidade.

Então, veja bem como é que são as ideologias aqui na tribuna, Ver. Jessé. Nós votamos aqui por isenção, por desenvolvimento econômico, proteção social, e outros querem aumentar imposto, não querem dar isenção e não querem apoiar aqueles que querem ir para o 4º Distrito. Então, acho que também, assim como o projeto de lei aprovado anteriormente, há de se falar que quem veio para tribuna defender foi um vereador do PT e outro do PCdoB, e que falaram claramente que eram contra nós conseguirmos aquele empréstimo do BID para investirmos na infraestrutura, principalmente do Centro. E nós somos a favor; essa é a nossa visão de mundo. Mas, infelizmente, pelo visto, vão ter mais vereadores que são contra o desenvolvimento do 4º Distrito, conseqüentemente contra a geração de emprego, contra a geração de renda, enfim, e nós somos totalmente a favor de investimentos naquela região, isentando o cidadão porto-alegrense de imposto, de IPTU, ITBI mais precisamente.

Então, eu encaminho o meu voto e tenho certeza de que a bancada do MDB, que é o meu partido, também votará a favor desse benefício que não é para A ou para B; é um benefício que é para todos. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para encaminhar a votação o PLCE nº 024/23.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Subo aqui nesta tribuna provocada pelos meus colegas que me antecederam e acho, inclusive, interessante esse debate, confesso que gosto e acho que a Casa do Povo tem exatamente essa tarefa.

Antes de entrar, eu quero dar duas respostas. A primeira é a questão da juventude, de que talvez os jovens, Ver.^a Fran, não tenham experiência. Eu não sei se é medo de perder o espaço para a juventude essa fala ou se é uma tentativa de desqualificação de uma nova geração que se apresenta para uma política para o povo de Porto Alegre. Eu sou a vereadora mais jovem da história de Porto Alegre que já assumiu nesta Casa, e o mínimo é que respeitem a juventude. Afinal, qual é o medo de ter os jovens aqui debatendo sobre a cidade, sobre moradia, sobre desenvolvimento social? Eu não discordo de que, para desenvolver uma cidade, é preciso de emprego e renda. Nós debatemos isso diariamente dentro do meu partido; inclusive, é preciso emprego, renda, educação, saúde, assistência social para que uma cidade se desenvolva de forma plena.

Agora, o que eu não vou aceitar é discurso baixo de carteira assinada, porque eu, com 21 anos, devo ter a minha carteira mais assinada do que vários aqui. Fico um pouco surpresa com o debate que se apresenta, porque conheço vários vereadores aqui de outros momentos. Eu e a Ver.^a Nádia já estivemos juntas em algumas batalhas há algum tempo, quando ela era já vereadora, e eu era presidente da UMESPA e sofri uma agressão em uma reunião do Conselho Municipal de Transporte Urbano. Portanto, me apavora um pouco essa exposição sem sentido.

Mas eu quero aqui falar também que não há contradição. Nós somos a favor de gerar emprego e renda; o que eu não sou a favor é de invenção, é de dizer que vai ajudar o povo de Porto Alegre. Se vocês estão preocupados com os empresários, por que só vão isentar o IPTU lá do 4º Distrito e, aqui no bairro Cidade Baixa, a Prefeitura fecha bar? Se a gente está preocupado com o cervejeiro, aqui na Prefeitura e aqui no bairro Cidade Baixa, os bares serem tratados com respeito não é a realidade. Se fossem preocupados com o lazer da cidade que vocês apresentam aqui, os blocos de carnavais iam ser tratados com respeito, e não é a realidade.

Então, que a gente seja minimamente sincero, porque eu acho que esta tribuna aqui tem que ser respeitada, Ver. Cecchim. E o senhor sabe que eu tenho muito respeito pelo senhor. Agora, o que eu não vou aceitar é desqualificar a juventude que ocupa a política, porque, se vocês estão incomodados, eu tenho uma única coisa a dizer: vai piorar, porque nós vamos ocupar cada vez mais espaços. E vocês vão ter que aceitar a juventude aqui, porque para nós basta dessa política que vocês tentam impor de exclusão do povo e de ajudar os amigos do prefeito. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 024/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, vejam só, eu queria até entender, estou com dificuldade, vamos ver se vocês me ajudam: o filho do prefeito, Ver. Pablo Melo, veio até esta tribuna encaminhar. Só que o que é esquisito? Qual o interesse do Pablo Melo em isenção de impostos para os poderosos de apenas uma região? Ele, inclusive, se não me engano, é morador da Zona Sul. Estou certo ou estou errado? Obrigado, V. Exa. confirma que mora na Zona Sul. Pergunto, Ver. Gilson Padeiro, V. Exa. que é morador do Extremo-Sul: é justo apenas uma região ganhar isenção e toda a cidade ficar chupando o dedo por guloseimas, balas, chocolates, rapaduras? Tudo para uma região só, e o restante não ganha a sobremesa, fica sem sobremesa, só os amiguinhos que ganham. É como o prefeito diz: a cidade é uma grande família. É, mas tem, nessa família, segundo o conceito do governo Melo, os filhos mais queridos, que são os poderosos. Os poderosos são os filhos mais queridos, esses o prefeito carrega no colo, com os outros é: “Te vira, vai andando, dá teu jeito, já está crescidinho.” Mas não é o caso. As zonas da cidade não estão crescidas. Nós precisamos de investimento nas periferias, em todas, um déficit habitacional de mais de 70 mil famílias, e eles não apresentam aqui um projeto de habitação de interesse social. Eles reduziram este ano o recurso da secretaria, do DEMHAB. Eles não têm vergonha, vejam só, Cidadania, de vir aqui e dizer: “A isenção vai gerar empregos.” Mas não nas regiões de vocês, não nas regiões de vocês. Eles fazem a venda do mito da geração de empregos.

Há dois anos, a Ford abandonou o Brasil e ganhou um monte de isenção, daí tem gente que diz que a isenção é boa. É boa para quem? Não é para o morador do bairro que não recebe um posto de saúde, uma escola nova, uma praça nova; o prefeito não consegue sequer fazer a zeladoria da cidade. Incompetente. Só isso? Não, não é incompetência, má vontade, é decisão política de que só alguns têm valor e o restante da cidade não. Aí o filho do prefeito fala aqui, o Ver. Pablo Melo, querido Ver. Pablo Melo, que o Melo tem 400 mil votos, mas ele vira as costas para 400 mil votos. Agora ele só quer abraçar o 4º Distrito. Que legal! Parabéns, fera! A tua matemática é linda, é linda. São 400 mil votos. Mas só uma região, uma pequena região dos 90 bairros que a cidade tem, tem que ser beneficiada. Ajudem-me, vossas excelências, vereadoras e vereadores, porque não está na minha capacidade cognitiva de compreender por que há isenção de IPTU e de ITBI para uma pequena fração, e o restante vai ficar esperando. Por quê? Gente, vocês deveriam achar... Pensem comigo, não é escandaloso um cidadão que tem problema cardiológico, ortopédico, que precisa de fisioterapia, esperar dois anos? Esperar dois anos é a média, nesta cidade, por um atendimento, só porque o governo Melo quer dar isenção para os poderosos. É isso, o dinheiro da saúde, da educação, da limpeza urbana vai ficar para quem já tem tudo isso, porque são investidores; não vai para o cidadão.

Então o Melo, daqui para frente, tem que dizer o seguinte: “Eu sou prefeito de uma fração. Com vocês, eu estou legal; agora, com as outras, não”. E o Pablo Melo, que veio aqui e defendeu bastante... Eu, Pablo, quero entender: tu vais ter coragem de caminhar pela Zona Sul depois dessa defesa somente de uma região? Ver. Pablo Melo, como é que o senhor vai caminhar na nossa querida Zona Sul, na nossa Zona Norte toda, Zona Leste, já que o senhor fez a defesa só de uma região agora? Essa explicação fica para o senhor. Um abraço.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, Ver. Jonas. Ver. Idenir Cecchim, por favor.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum. Alerto a base do governo para ver se nós temos quórum para votar esse projeto.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Presidente Moisés, se me permite um aparte, eu gostaria de aprovar dois Títulos de Cidadão de Porto Alegre para uma moradora da Bom Jesus e para um empresário da cidade. Sei também que tem colegas querendo votar frentes parlamentares, moções de apoio. Peço aos colegas que marquem presença; a gente precisa de 24 colegas para o trabalho. Fica apenas um apelo. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Aldacir Oliboni e Jonas Reis, o PLCE nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 10 votos **NÃO**.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Em nome do governo, quero agradecer a todos os vereadores que entenderam a importância de se valorizar a cidade de Porto Alegre e os seus empregos.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO) (Requerimento): Presidente, em acordo com a base do governo, e a oposição também anuiu, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 177/23, passar à discussão e votação do PLL nº 555/23 e do PLL nº 556/23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Tiago Albrecht. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 555/23 e do PLL nº 556/23, passar à votação do Requerimento nº 232/23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 177/23 – (Proc. nº 0957/23 – Ver^{as} Fernanda Barth e Comandante Nádia) – requer a constituição da Frente Parlamentar Conservadora. **(SEI 212.00079/2023-23)**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fran Rodrigues, o Requerimento nº 177/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0935/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 555/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Afonso Pereira. **(SEI 298.00054/2023-54)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-11-23.

Com requerimento aprovado para ser o 1º de segunda-feira 18/12/2023

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 555/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0936/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 556/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que concede o título de Cidadã de Porto Alegre à senhora Efigênia Teiroba Moreira. **(SEI 298.00056/2023-43)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
 - votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
 - incluído na Ordem do Dia em 04-12-23 por força do art. 81 da LOM.
- Com requerimento aprovado para ser o 1º de segunda-feira 18/12/2023

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o [PLL nº 556/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 33 votos **SIM**.

Eu queria fazer um apelo aos líderes e aos vereadores para que nós possamos votar requerimento de autoria do nosso ex-presidente Reginaldo Pujol, que concede Título de Cidadão a Amadeu de Almeida Weinmann.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Só vamos aguardar um pouquinho o cadastro no painel, porque, como o processo não estava na priorização, precisa ser feito o cadastro em separado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Lembro que, quatro minutos atrás, foi aprovado requerimento encaminhado pela Ver.^a Cláudia Araújo de moção de solidariedade em apoio à aprovação do projeto de lei de tributação de fundos de investimentos exclusivos.

Enquanto ajustamos o painel, o Diretor Legislativo nos orienta que possamos apreciar o requerimento da Ver.^a Cláudia, que foi aprovado por requerimento.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 232/23 – (Proc. nº 1270/23 – Ver^a Cláudia Araújo) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “em apoio à aprovação do Projeto de Lei 4.173/2023 – Tributação de Fundos de Investimentos Exclusivos”. (SEI 161.00111/2023-41)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o Requerimento nº 232/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária do Ver. Jessé Sangalli.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, a primeira parte da moção nós apoiamos, a questão do 13º, e, depois, a segunda parte, a gente vai juntar no SEI a nossa justificativa, mas, para não atrapalhar o trabalho da vereadora, que tem o seu público, a gente preferiu... Mas digamos que nós somos a favor de metade do processo; a outra metade, nós temos algumas divergências sobre ela. Obrigado, Presidente.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0937/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 557/23, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre a Amadeu de Almeida Weinmann. (SEI 049.00001/2023-11)

Pareceres:

- da CCJ. Relator Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da CECE. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 04-12-23.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em discussão o **PLL nº 557/23**. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal, solicitada

pela Ver.^a Fran Rodrigues. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM**.

Informamos que o tempo regimental da sessão está encerrado. Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores e nos encontramos na próxima sessão, segunda-feira.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h52min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *